

**JUNHO 2010**

*Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento*

**CEDOC DW**

*Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola*

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socioeconómico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e electronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. Redução da Pobreza e Economia
2. Microfinanças
3. Mercado Informal
4. Oge Investimentos Públicos e Transparência
5. Governação Descentralização e Cidadania
6. Urbanismo e Habitação
7. Terra
8. Serviços Básicos
9. Ambiente

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila, Jornal Expansão e o País.
- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Genérico

**Redacção** Helga Silveira

**Conselho de Edição e Revisão:**

Allan Cain Gelson Gaspar, Massomba  
Dominique, José Tiago e Joyce José

**Editado por:**

Development Workshop-Angola

**Endereço:**

Rua Rei Katyavala 113,  
C.P. 3360, Luanda - Angola

**Telefone:**

+(244 2) 448371 / 77 / 66

**Email:**

cedoc.dwang@angonet.org

**Com apoio de:**

LUPP (Programa de Redução  
a Pobreza Urbana de Luanda),  
DFID e Embaixada da Noruega

# INDÍCE

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Subida dos preços tem a mão dos empresários	1
1.2 O desgoverno das fachadas	2
1.3 Desenvolvimento social era maior no tempo do colono	2
1.4 Estratégia de combate à pobreza	3
2 MICROFINANÇAS	5
2.1 Programa de crédito rural concede 47 milhões de dólares	5
2.2 Crédito agrícola avança em Malanje	5
2.3 Micro crédito melhora actividade camponesa	5
2.4 Kwanza-Norte relança crédito para agricultura	6
2.5 Governo lança crédito de apoio à agricultura	6
2.6 Programa micro-crédito “Amigo” já contempla milhares de jovens	7
3 MERCADO INFORMAL	8
3.1 Fiscais acusados de cobrança ilegal	8
3.2 Negócio sustenta jovens ambulantes	8
3.3 Mercado do Panguila tem naves para receber novos vendedores	9
3.4 Governador inaugurou mercado no Huambo	9
3.5 Seguranças lavam veículos e prestam outros serviços	10
3.6 Da indigência ao auto sustentabilidade	11
3.7 Administração do Sambizanga desencoraja a venda ambulante	12
3.8 Zungueiras cada vez mais assediadas	12
4 OGE INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	14
4.1 Serviços básicos para as crianças recebem 30 por cento do OGE	14
4.2 Alves pode ter «batido» com as costas na Rocha	14
4.3 Renomeados economistas angolanos alertam que a corrupção corrói a nação	15
4.4 Corrupção é mais evidente na Educação e na Saúde	16
4.5 O poder local	17
5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	19
5.1 Descentralização em conferência no Kwanza-Norte	19
5.2 Parlamento aprova a lei do património público	19
6 URBANISMO E HABITAÇÃO	21
6.1 Renovar a capital	21
6.2 O Rocha Pinto na Mira de urbanização	22
6.3 Cerâmica de Cabinda produz 20 mil tijolos por dia	23
6.4 As novas cidades	23
6.5 A vida das cidades	24
6.6 O futuro espelho da capital	25
6.7 Famílias desalojadas já têm casas	26
6.8 Presidente da República manifesta preocupação	27
6.9 Obras projectam ilha de Luanda no quadro da nova Angola	27
6.10 Casas sociais para juventude já começaram a ser sorteadas	28
6.11 Ordenamento do território como factor de desenvolvimento	29
7 TERRA	31
7.1 Nem todos são nossos	31
7.2 Supostos militares assaltam terras em posse de camponeses	31

7.3 Tcipindo: Entre o assalto às terras e a memória de Mac Dowe	31
7.4 Terreno da polícia não escapa a invasão	34
8 SERVIÇOS BÁSICOS	35
8.1 Ingombota está em campanha de sensibilização comunitária	35
8.2 Vem aí fatura de água potável no Saurimo	35
8.3 Ausência de mictórios nos jardins preocupa cidadãos	36
8.4 EDEL investe 177 milhões de USD na distribuição	36
8.5 30 PTs privados na posse da EDEL	37
8.6 Água potável jorra nas torneiras do Quituia	38

# 1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## 1.1 Subida dos preços tem a mão dos empresários

*O Independente*

*De 05 de Junho de 2010*

Grande parte da "culpa" pela alta de preços dos bens consumidos em Angola é atribuída aos empresários que actuam no mercado nacional pelo economista Fernando Ventura, para quem os empresários angolanos "só olham para o lucro e retorno rápido do investimento".

Os empresários aproveitam-se muitas vezes da fraca oferta de bens no mercado e estabelecem o preço que bem entendem por falta de concorrência salutar e criam problemas de liquidez ao consumidor, avançou o economista.

A matéria-prima utilizada na feitura do produto final, bem como o a falta de infra-estruturas são apontadas como fundamento da análise do economista Fernando Ventura, que durante esta semana falou para os confrades da Angop. Com a devida vénia, aqui reconfiguramos o discurso sem prejuízo para qualquer das partes.

No seu entender, a problemática dos preços só vai melhorar com medidas económicas como a criação de mecanismos de apoio à produção e não apenas com medidas administrativas.

Embora tenha apontado aqueles como factores que contribuem para a alta de preços no país, Fernando Ventura admitiu que existem preços de bens produzidos localmente, bem praticados, mas incompatíveis com a renda de uma grande franja de cidadãos.

O economista afirmou, ainda, que a matéria-prima importada para a produção de bens a nível local, já vem inflacionada e ao se produzir o bem para o consumo final incorpora-se à inflação da origem (da matéria-prima), adicionando-a outros custos de produção como combustível, água e transportação, daí a alta dos preços dos produtos feitos no país.

"É necessário que haja infra-estruturas de apoio a produção local, para se evitar que o produtor dependa de fontes alternativas de energia (como geradores), tanques de água e de combustíveis, factores que concorrem para o aumento das despesas e consequentemente para o incremento do preço ao consumidor final", sublinhou.

Questionado se uma lei da concorrência ajudaria a eliminar tais problemas, retorquiu dizendo que só

resolveria se o Estado conseguisse fiscalizá-la, porque existem muitas leis, mas a dificuldade está no controlo, isto é, na aplicação prática das mesmas.

Sendo o que diz o economista motivo de preocupação, não deixa de ser de alegria o facto de que, o mesmo produto seja comercializado em zonas diferentes com preços igualmente diferentes.

Por exemplo, neste momento, os preços de alguns bens alimentares de primeira necessidade registaram um relativo abaixamento nos últimos 15 dias, na cidade de Mbanza Kongo, capital da província do Zaire, o que contrasta com a cidade capital, Luanda, onde a subida dos preços é uma constante quase diária, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística.

Notícias postas a circular a partir daquela cidade do norte do país dão conta que, no mercado municipal e em alguns estabelecimentos comerciais locais, um quilograma de feijão manteiga, antes comercializado a 200 kwanzas, custa 150. O quilograma de arroz está a ser vendido a 90 kwanzas contra os 110 anteriores.

O quilograma de feijão branco, produzido localmente, está a ser vendido a 100 kwanzas, contrariamente aos 150. O litro de óleo alimentar baixou de 200 para 180 kwanzas, ao passo que uma lata de leite Loya em pó, de 2000 kwanzas passou para 1650.

Há que, portanto, colocar-se um ponto final a tais tendências, que em nada acompanham os intentos dos países da Africa Oriental e Austral cujos representantes reunidos no início do corrente ano, procuraram soluções para acabar com a falta de equilíbrio regional nos preços dos produtos alimentares, acção que teve lugar em Maputo, Moçambique, mas, diga-se de passagem, sem um representante do nosso país.

Nunca é demais recordar que, durante o seminário subordinado ao tema Política de Preços de Produtos Alimentares, os participantes partilharam experiências sobre as melhores directrizes para reforçar e aumentar a capacidade de resposta aos desafios da segurança alimentar na região.

De recordar que, em 2008, implementou-se o Plano de Acção de Produção de Alimentos com o objectivo de responder à subida dos preços dos alimentos, naquilo que foi considerado, na altura, uma estratégia que tinha como grupo alvo os pequenos, médios e grandes produtores, abrangidos pelo Plano de Acção de Produção de Alimentos (PAPA).



## 1.2 O desgoverno das fachadas

*Folha 8*

*De 12 de Junho de 2010*

No que toca à organização do CAN 2010, na precipitação causada pela necessidade de honrar o compromisso assumido, a preocupação quase exclusiva do Governo limitou-se a criação de condições que permitissem acabar com todas as empreitadas previstas a tempo e horas, de modo a não ofuscar o brilhante desempenho que se augurava na organização desse grande evento desportivo.

E isso foi conseguido, mas nessa correria não se olhou a custos, não se negociaram condições em termos de normalidade, havia urgência e isso paga-se sempre. Por vezes muito caro. Resultado: o Governo encontrou-se "de tanga", passe a expressão, para honrar as dívidas contraídas para com empreiteiros brasileiros, portugueses, chineses, alemães, israelitas, espanhóis e mesmo angolanos.

Pior que isso, como reflexo dessa política faraónica, já não havia meios para pagar funcionários públicos, cuja situação foi piorando com o passar do tempo, ficando a certa altura grande número desses servidores do Estado numa situação desesperado, durante mais de cem dias sem receber salários.

Nisto, para "ajudar", Portugal confirmou que avançaria os tais 500 milhões de dólares. Mas esse empréstimo, negociado antanho (em 2004, salvo erro) sem condições, foi efectivado sob condições "gravosas", tal como o petróleo, lesivas para as gerações futuras.

Veja-se, essencialmente uma: a de pagar sem mais atrasos as dívidas do Estado para com as empresas de construção civil portuguesas, contratadas pelo Governo no quadro da espalhafatosa criação de condições para a realização do CAN 2010.

Porém, as dívidas eram tantas e envolvendo montantes tão enormes que mesmo com esses balões de oxigénio não foi possível pagá-las todas de uma vez.

Há quem diga que pelo menos uma empresa, a brasileira Odebrecht, tinha a receber perto de cem milhões de dólares!

E os funcionários públicos? E o povo?

"Que esperem. São do MPIA, é como se fossem da família. Podem esperar".

Quanto ao fosso entre ricos e pobres, esse foi aumentando, muito mais depressa que no tempo da "Outra Senhora". Sendo assim aonde está a independência.

## 1.3 Desenvolvimento social era maior no tempo do colono

*Folha 8*

*De 12 de Junho de 2010*

A exportação da cana-de-açúcar, que em 1914, pouco ultrapassava 6 milhões de toneladas, em 1940 atingiria já as centenas de milhões. A exportação de sisal, que era de 62 toneladas em 1920, em 1973 situava-se nas 53.499. Mas a subida mais vertiginosa verificou-se no café. A sua exportação, que em 1900 pouco ultrapassava as 5.800 toneladas, em 1972 foi de 218.681. Para além destes produtos. Desenvolveu-se a exploração dos minérios de ferro. Em 1957 fundou-se a Companhia mineira do Lobito, que explorou as minas de lamba, Cassinga e Txamutete. Tinha começado a exploração de diamantes a Leste do território.

O formidável desenvolvimento destas explorações foi acompanhado por vagas de imigrantes, incentivados e apoiados muitas vezes pelo próprio Estado Português. Entre 19-11 e 1950, saíram de Portugal cerca de 110 mil migrantes com destino às colónias, cuja maioria se fixou em Angola. O fluxo migratório prosseguiu nos anos 1950 e 60 e este ciclo económico de grande progresso em Angola prolongou-se até 1972-73, quando a exploração petrolífera em Cabinda começou a dar os seus primeiros resultados.

Uma nova era se abria para Angola, mas a independência, proclamada a 11 de Novembro de 1975, levou os Portugueses a virar costas às suas ex-colónias, nomeadamente a Angola, criando uma situação que levou praticamente todos os colonos a fugir, deixando o novo país numa situação muito difícil: ao mesmo tempo num verdadeiro caos político e exactamente na mesma situação de indigência: absoluta no que se referia às condições de vida das populações autóctones.

O crescimento económico de 2002 à 2010

O dia 1 de Abril de 2002 foi assinado na cidade de Luena um Memorando de Entendimento que pôs termo, aparentemente definitivo, à guerra civil em Angola. Os signatários desse documento foram o general Kamorteiro, pela UNITA, e o general Armando da Cruz Neto, em nome do Governo de Angola.

Desde essa data, calaram-se as armas, mas Angola ainda anda à procura da paz, nomeadamente em Cabinda. Em todo o caso, com o calar das armas, abriram-se para os angolanos todas as estradas não minadas e a livre circulação de pessoas e bens passou a ser uma realidade.

Entretanto, o Governo angolano, a defeito de ter conseguido fundos monetários da parte de uma esperada Conferência de Doadores, conseguiu obter da parte da República Popular da China um empréstimo de 10 biliões de dólares; o Brasil entrou com 1 bilião:

Portugal prometeu para mais tarde 500 milhões; a Noruega, a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional também deram a sua ajuda, ou contributo.

Foi criado para gel1r esses fundos, no quadro de um programa de Reconstrução Nacional, um Gabinete dirigido por dois homens, exclusivamente, o presidente Eduardo dos Santos e o general Hélder Vieira Dias, "Kopelipa". Da China, juntamente com os dólares do empréstimo, começaram a ser enviados materiais de construção e mão-de-obra, em grandes quantidades e número, a fim de dar seguimento aos projectos burilados pelo Gabinete de Reconstrução Nacional.

O que se seguiu a esta "mise en place" da reconstrução de Angola foi enorme. Milhares de quilómetros de estrada foram construídos ou restaurados, dezenas, para não dizer centenas de infra-estruturas foram recuperadas ou construídas de raiz, e com o anúncio de que caberia a, Angola a realização da Copa de África das Nações (CAN) em Janeiro de 2010, foram erguidos novos estádios, com as suas respectivas vias de acesso, parques de estacionamento e estruturas anexas.

Noutra área de acção, foram construídos hospitais, centros de saúde e escolas, e com a realização das eleições em Setembro de 2008, o Executivo angolano pôs em funcionamento o seu turbo caseiro promessas eleitorais e assumiu a responsabilidade de construir 1 milhão de casas para os angolanos, disponibilizar 3 milhões de postos de trabalho e resolver, enfim, os problemas que sempre assolaram o país, isto é, erradicar definitivamente a pólio, depois de tentativas falhadas, reduzir drasticamente o número de mortos causados pela malária, resolver o grave problema da distribuição de água e de electricidade às populações, em total debandada às necessidades urbanas, e realmente inexistente nas outras, e minimizar tanto quanto possível os tremendos inconvenientes causados por um quase inexistente saneamento básico nas principais aglomerações angolanas. E, como que cereja no cimo dum bolo, anunciou para breve lapso de tempo um substancial aumento de salários, nomeadamente na função pública. Paralelamente a esta azáfama, saltaram dos seus gabinetes de estudo para os ecrãs TV, antenas de Rádio e imprensa escrita, os economistas ao serviço do regime, a anunciar que Angola era o país com o índice de desenvolvimento económico mais alto do mundo e que a crise mundial de 2008 era um "ma moo" (assunto) que não dizia respeito ao Estado angolano, sapientemente governado por Sua Excia. O Presidente José Eduardo dos Santos! "Não vamos sofrer por causa da crise. Ela pouco nos afectará", profetizaram. Meses depois, Angola mergulhava a pés juntos na crise.

## **1.4 Estratégia de combate à pobreza**

*Folha 8*

*De 12 de Junho de 2010*

No dia 11 de Fevereiro de 2004, foi aprovado, em Luanda, um documento intitulado "Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) – Reinserção Social. Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica. Objectivo dar prioridade urgente ao combate à pobreza. No plano nacional angolano, a ECP surge como resposta do Governo ao problema da pobreza, que é ainda grave em Angola. Suave eufemismo, pois Angola se situa, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano, em 162º lugar num ranking de 173 países.

A incidência da pobreza em Angola é de 68 por cento da população, Ou seja, 68 por cento dos cidadãos angolanos têm em média um nível de consumo mensal inferior a 392 kwanzas por mês (de 2001), o correspondente a aproximadamente 1,7 dólares americanos diários. A incidência da pobreza extrema, correspondente a um nível de consumo de menos de 0,7 dólares americanos diários, é de 28 por cento da população.

O Governo Angolano identificou dez áreas de intervenção prioritária como estratégia de combate à pobreza, nomeadamente: (i) a Reinserção Social; (ii) a Segurança e Protecção Civil; (iii) a Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural; (iv) o VIH SIDA, (v) a Educação; (vi) a Saúde, (vii) as Infra-estruturas Básicas; (viii) o Emprego e Formação Profissional (i.x) a Governação; e (x) a Gestão macroeconómica.

Mas como, de boas intenções está o Inferno cheio, o resultado das acções do governo de Angola nos diferentes quadros tem-se limitado a uma declaração de intenções e pouco mais.

A reinserção social é um objectivo Estratégico da primeira prioridade, mas as manifestações de protesto, sobretudo de gente da UNITA e dos antigos combatentes, multiplicaram-se ao longo dos anos, e o descontentamento, abafado, não se pode negar.

A Segurança e Protecção Civil devia mudar de nome e passar a denominar-se Controlo da Sociedade Civil. Protecção existe, mas ainda se verifica a perseguição e encarceramento por crimes de opinião e assassinatos de cidadãos, alguns inocentes, no quadro de acções da Polícia Nacional.

A Segurança Alimentar e o desenvolvimento rural são também aspectos do próprio processo de reinserção social. Resultados em meias-tintas. Como é que se pode falar de Segurança Alimentar quando em muitos pontos do país ainda nem sequer há contido?..

A Educação constitui um dos elementos-chave do desenvolvimento humano. E verdade, mas o que se passa em Angola desafia todos os paradoxos. Há em Angola "Universidades" com uma faculdade, ou duas,

outras, sem catedráticos, ou sem estatuto de Ensino Superior, universidades que passam diplomas sem qualquer valor, pois nem são universidades. Em Luanda, por ora, há 19 nessa situação. São conhecidas as que infringem as leis. Mas dão aulas, facturam 250 dólares por mês e não se escondem!

Desenvolvimento das infra-estruturas básicas continua a ser um sonho. Segundo uma relação de José Servirino, presidente da AIA, Associação Industrial de Angola, à parte um ou dois, todos os projectos de condomínios, que se contam por dezenas, não têm saneamento básico em condições. Mas já estão a ser negociados para a venda.

Emprego e formação profissional: não há emprego, ou muito pouco, muito menos formação profissional que chegue para um terço da metade das encomendas do mercado. Os 3 milhões de postos de trabalho a provir, assentaram arriais numa miragem, enquanto isco para pacóvio votar.

A qualidade da governação é aquilo que este artigo mostra, nem mais nem menos. Pouco abonatória para o bom-nome que se augura para Angola. O fosso entre ricos e pobres é fenomenal, evita-se falar disso; o projecto de construção de 1 milhão de casas até 1912, promessa eleitoral do actual governo, continua a ser isso mesmo, um projecto, e ainda não foi divulgado o mais pequeno balancete provisório das obras em curso: a paz ainda não é paz, é um notável mas parcial calar das armas; não há água nem não há luz que chegue, a miséria mora em quase toda a parte.

Entretanto, os condomínios de luxo destinados à alta e média burguesia, proliferam em todas as áreas convidativas, mediante a expulsão compulsiva dos habitantes dessas zonas, no melhor dos casos indemnizados ao preço da uva-mijona, por vezes em função do número de árvores que possuem nos seus terrenos Entre 100 e 500 dólares por árvore!



## 2 MICROFINANÇAS

### 2.1 Programa de crédito rural concede 47 milhões de dólares

*Semanário Económico*

*De 10 de Junho de 2010*

BPC o Programa de Crédito no Meio Rural, concedeu 47 milhões de dólares a pequenos e médios comerciantes do sector agropecuária, desde a criação do projecto em 2005 até 2009.

O Presidente do Conselho de Administração do Banco de Poupança e Crédito, Paixão Júnior indicou que do valor beneficiou 44 mil e 521 pessoas, de modo directo, e 222 mil e 605 outras, de forma indirecta, dos quais 27 mil 402 são mulheres, 15 mil 619 homens e quatro mil e 800 jovens. Paixão Júnior realçou que o micro-crédito permite o aumento da renda familiar, da capacidade para aquisição de equipamentos e instrumentos de trabalho, aumenta o nível de aquisição de terras, melhora a qualidade dos produtos e a posição dos agentes económicos no mercado.

### 2.2 Crédito agrícola avança em Malanje

*Novo Jornal*

*De 11 de Junho de 2010*

O Presidente da UNACA, Inácio Manuel, garantiu ter remetido para a agência do Banco Sol de Malanje os primeiros 32 processos candidatos ao Crédito Campanha Agrícola para as cooperativas e associações filiadas, antes do período estabelecido por desconhecimento dos procedimentos do novo pacote.

O órgão representativo dos camponeses tem organizado mais de 15 processos que serão remetidos ao BQ, BPC e ao BAI - Micro Finanças, intervenientes no referido programa, que foi lançado pelo Governo de Angola com o objectivo de combater a fome e a pobreza e a fortalecer a agricultura familiar.

Os 10 meses impostos para o reembolso dos créditos "não são suficientes para algumas culturas", clarificou Inácio Manuel, que encoraja os associados a optarem por culturas de médio prazo.

A primeira fase do crédito campanha agrícola vai beneficiar sete municípios, nomeadamente de Malanje (sede), Cacusó, Cangandala, Caculama, Quela, Kiwaba-Nzaji e Calandula. A segunda oportunidade caberá aos de Cahombo, Cunda-Dia-Base, Kabundi-Katembo, Luquembo, Quirima e de Massango. Marimba, 210 quilómetros a nordeste da cidade capital, é uma região de difícil acesso para a Unaca, mas não impede o

envolvimento da associação. "Como os grupos foram formados a nível dos municípios, o trabalho até está aliviado, porque o senhor administrador municipal vai formar o grupo técnico que vai reunir. Temos lá o nosso representante", explicou o responsável esperançado com a promessa de receber as listas e encaminhar os processos para os bancos que faltam.

O montante de 2 mil ou 5 mil dólares por camponês cresce de acordo com a dimensão do grupo (associação cinco membros e cooperativa 10) concebido para a aquisição de meios de trabalho agrícolas, desde sementes a utensílios, precisou o presidente da Unaca satisfeito com a taxa de juros fixada em 5%, contra os 8% praticados pelo Banco Sol.

A campanha agrícola 2010/2011, que arranca em Setembro próximo, poderá ser frutuosa para 1012 associações e 112 cooperativas filiadas na Unaca se o Crédito Campanha Agrícola for abrangente. Inácio Manuel não deixou de manifestar preocupação com os agricultores pelas inúmeras "peripécias" por que passam. "É preciso ter pernas para andar. O agricultor tem a fazenda, não tem tractor, não tem meios para poder desenvolver a sua actividade. Continua com o nome no papel de agricultor, mas enquanto o banco não ceder um crédito, não podemos avançar". Isto porque as políticas dos bancos, exigindo hipotecas e fianças, em pouco ou nada contribuem para recuperar o monstro adormecido.

### 2.3 Micro crédito melhora actividade camponesa

*O Independente*

*De 12 de Junho de 2010*

A existirem são poucas, as dúvidas, relacionadas com o facto de ser o crescimento da economia angolana, a responsável pela implementação em cata dupla de políticas de crédito que visam melhorar a vidas da população angolana, sobretudo as das camadas mais desfavorecidas.

Existem por aí, portanto, vários processos em curso, os quais têm testemunhas vivas de que suas vidas e de seus negócios terão melhorando com a aquisição de um pacote de crédito.

E, se calhar, compreendendo a dimensão do caso os gestores angolanos estão a levar cada vez mais a sério a política de concepção de créditos.

Neste seguimento, foi lançado, de forma oficial o crédito agrícola, avaliado em 350 milhões de dólares norte americanos.

A cerimónia aconteceu na comuna de Lucusse, província do Moxico, em acto presidido pelo ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior.

Com o crédito agrícola, explicou o governante, os

camponeses poderão comprar mais enxadas, sementes para ampliar os seus negócios e aumentar o rendimento próprio e das suas famílias, realçou o governante na ocasião.

Não se ficando por esta acção, na mesma província, o ministro aproveitou a sua presença para fazer a entrega de 200 embarcações, incluindo redes e anzóis, a 59 associações de pescadores da província do Moxico.

## **2.4 Kwanza-Norte relança crédito para agricultura**

*Jornal de Angola,*

*17 de Junho de 2010*

O relançamento do crédito para apoiar a actividade agrícola, com vista ao incremento da produção agrária em curso no país, efectuado pelo Governo da província Kwanza – Norte foi enaltecido em Ndalatando pelo responsável local da União Nacional das Associações de Camponeses de Angola (UNACA), João Miguel.

De acordo com o dirigente provincial da UNACA, o referido programa vai contribuir para a melhoria da implementação dos projectos agrícolas na província do Kwanza – Norte e noutras regiões do país.

Afirmou que no quadro do crédito agrícola, a província do Kwanza – Norte vai, no decurso deste mês, receber a visita de uma comissão multisectorial, oriunda de Luanda, com vista ao lançamento oficial do programa local de crédito agrícola.

Aquele responsável é de opinião que a abertura do programa vai impulsionar o relançamento da produção no campo e contribuir para o combate à fome e para a redução da pobreza entre as famílias camponesas. Revelou que o referido projecto vai contribuir também para a resolução dos vários problemas que as cooperativas e associações de camponeses enfrentam, além de proporcionar um melhor nível de vida para as populações camponesas.

Sublinhou, entre outras vantagens, o lançamento do programa crédito agrícola, vai proporcionar o surgimento de mais associações, cooperativas e grupos solidários com acções direccionadas ao comércio rural e a promoção de incentivos capazes de melhorar o escoamento dos produtos do campo para a cidade. Deu a conhecer que o referido crédito vai ser desenvolvido em dois grupos, o de campanha e o de investimento, sendo um ligado à produção e outro à comercialização.

## **2.5 Governo lança crédito de apoio à agricultura**

*Jornal de Angola*

*De 18 de Junho de 2010*

O relançamento do programa de crédito para o apoio à actividade agrícola, com vista ao incremento da produção agrária, em curso no país, foi enaltecido, em Ndalatando, pelo presidente provincial da União Nacional das Associações de Camponeses de Angola (UNACA), João Miguel.

De acordo com o presidente provincial da UNACA, o referido programa vai contribuir para a melhoria da implementação dos projectos agrícolas na província do Kwanza-Norte e noutras regiões do país.

João Miguel afirmou que, no quadro do crédito agrícola, a província do Kwanza-Norte vai, no decurso deste mês, receber a visita de uma comissão multi-sectorial, oriunda de Luanda, com vista ao lançamento oficial do programa local de crédito agrícola.

João Miguel é de opinião que a abertura do programa vai impulsionar o relançamento da produção no campo e contribuir para o combate à fome e redução da pobreza entre as famílias camponesas.

O presidente provincial da UNACA disse que o referido projecto vai contribuir também para a resolução dos vários problemas que as

Projecto visa o aumento da produção no âmbito do programa de combate à fome e à pobreza nas comunidades rurais cooperativas e associações de camponeses enfrentam, além de proporcionar um melhor nível de vida para as populações camponesas.

Sublinhou, entre outras vantagens, que o lançamento do programa crédito agrícola vai proporcionar o surgimento de mais associações, cooperativas e grupos solidários com acções direccionadas ao comércio rural e a promoção de incentivos capazes de melhorar o escoamento dos produtos do campo para a cidade.

João Miguel deu a conhecer que referido crédito será desenvolvido em dois grupos, o de campanha e o de investimento, sendo um ligado à produção e outro à comercialização. Informou que a acção será coordenada pelos sectores da agricultura, Comércio e Indústria.

Diversos apoios têm sido dados aos camponeses para aumentarem a produção. e o de investimento, sendo um ligado à produção e outro à comercialização.

Informou que a acção será coordenada pelos sectores da Agricultura, Comércio e Indústria.

Diversos apoios têm sido dados aos camponeses para aumentarem a produção.

## **2.6 Programa micro-crédito "Amigo" já contempla milhares de jovens**

*Jornal de Angola*

*De 27 de Junho de 2010*

Pelo menos duas mil pessoas vão beneficiar, até 2011, de um crédito no valor de um milhão de dólares, no âmbito do programa micro crédito "Amigo", de acordo com o director comercial do Banco de Comércio e Indústria (BCI), Luís Ferreira de Almeida, em entrevista à Angop, na sexta-feira.

"O micro crédito é um projecto sobre empreendedorismo na comunidade, numa iniciativa do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS), e vai beneficiar jovens das 18 províncias, integrados em distintas actividades económicas, assim como finalistas de diversos cursos do programa de formação profissional do Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP)", disse o responsável.

Cada beneficiário terá o equivalente a 500 dólares, com um período de reembolso de 12 meses, a uma taxa de juros de 1,67 por cento ao mês e três meses de graça, acrescentou. A acção visa apoiar iniciativas de criação de pequenas empresas e negócios, nos mais variados ramos da actividade económica.

Luís de Almeida disse ainda que as taxas de reembolso, estimadas em 51 por cento, são satisfatórias, o que encoraja o banco a prosseguir com o seu projecto. O responsável bancário deslocou-se sexta-feira a Camabatela, município de Ambaca, onde assistiu ao lançamento do micro crédito "Amigo", que beneficiou 60 empreendedores daquela localidade e 100 do município de Kambambe Satisfação

Os contemplados com o micro crédito "Amigo" em Ambaca mostraram-se sexta-feira satisfeitos com a iniciativa. A maioria assegurou que, com este valor, será possível aumentar o volume dos seus negócios e, consequentemente, melhorar a sua condição de vida.

Berta Zumba Sapalo, vendedora, disse que o dinheiro adquirido vai servir para a compra de mais meios de trabalho e diversificar o tipo de negócio, para garantir o aumento dos seus rendimentos.

Já António Freitas, marceneiro, pensa num negócio mais ambicioso, começando por empregar mais pessoas e passar para o incremento na produção de mobílias.

Foram, no total, 160 os beneficiários do micro crédito "Amigo", na província do Kwanza-Norte, dos quais cem seleccionados no município de Kambambe. O micro crédito é um projecto sobre empreendedorismo na comunidade, que o MAPESS realiza. O programa foi lançado em 2008, em Luanda, e já beneficiou as províncias do Kwanza-Sul, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Namibe e Kwanza-Norte, sendo Malanje a próxima

beneficiária.

Valorização

Os programas de financiamentos de pequenas actividades económicas, implementados pelo Governo, com vista ao combate do desemprego foram valorizados pelo administrador de Camabatela, José Francisco Rank Frank.

Em declarações à Angop, no final do acto de lançamento do micro-crédito "Amigo", a autoridade salientou que iniciativas do género contribuem para potenciar os jovens, principiantes em actividades económicas, dando-lhes ferramentas necessárias para o arranque do seu pequeno negócio.

"O objectivo é fazer que a pessoa inicie o seu próprio comércio", defendeu.

## 3 MERCADO INFORMAL

### 3.1 Fiscais acusados de cobrança ilegal

*Novo Jornal*

*De 11 de Junho de 2010*

Os vendedores do mercado do Prenda acusam os fiscais de cobrarem ilegalmente uma taxa pela limpeza do local.

Diariamente, segundo eles, é cobrada uma taxa de 100 Kz pelas vendas, mas além desse valor, que é legal, as comerciantes têm de desembolsar mais 100 kz que os fiscais exigem para a limpeza do local.

"Como é possível se nós é que fazemos a limpeza?", questionou Maria da Conceição nome (fictício), com ar de indignação.

Madalena António, vendedora há cinco anos, disse que têm sofrido ameaças por parte das coordenações da fiscalização, caso não paguem a limpeza.

A nossa interlocutora avança que quando é pago apenas a taxa de ocupação sofrem uma penalização durante três meses. "Quando não pagamos a limpeza, ficamos três meses sem vender", porque impedem o acesso ao local, frisou salientando que isso significa "extorquir e explorar" pessoas sacrificadas.

Madalena foi unânime em afirmar que a limpeza está a cargo dos vendedores e que por essa razão não deviam pagar uma taxa adicional.

Outra vendedora preferiu não falar temendo represálias por parte daqueles responsáveis. "Neste país quem fala a verdade comete um pecado, o melhor é ficar calada mesmo, quando a coisa está feia", lamentou.

Cardoso Miranda, vendedor de peças de automóvel, esclareceu que a limpeza era feita por todos os comerciantes e pela própria fiscalização às segundas-feiras, mas esta agenda foi alterada, ficando apenas ao cargo das vendedoras. "Viram que assim não dava, porque mesmo que fosse feita às segundas, a praça ficava a semana toda suja e, então, todos os dias, somos nós que limpamos isto", explicou. O nosso interlocutor esclareceu que no mercado os vendedores, além de cuidarem do saneamento, cada um por si, têm de pagar pela recolha do lixo. "Pagamos a uns miúdos que fazem este trabalho", adiantou, salientando que isso não justifica que os fiscais tenham de cobrar sem serem eles a fazer o trabalho.

"Acho que isto é injusto, nós é que fazemos a limpeza e ainda temos de pagar e ainda temos de pagar aos miúdos que recolhem o lixo, onde é que já se viu isso", lastimou.

Na área de venda de roupas, os comerciantes também estão descontentes com o trabalho da inspecção pois,

segundo eles, a taxa de limpeza não devia caber a eles. "Vendemos roupa e não sujamos nada, como é que nos cobram pelo saneamento, para onde é que vai este dinheiro?", questionou Maria de Fátima (fictício).

Contactado pelo Novo Jornal, o administrador adjunto da fiscalização do mercado, Romeu Bango, desmentiu as acusações, justificando que cobram apenas a taxa diária de 100 kz, que é legal. "Nunca cobrámos nem nunca mandámos cobrar, ninguém paga pela limpeza", garantiu, referindo que as vendedoras é que, muitas vezes, fogem ao fisco.

O responsável explicou que existem coordenadores que cuidam da limpeza da praça às segundas-feiras. "As vendedoras que não colaboram na limpeza é que são punidas por não participar, sendo-lhes retiradas as bancadas", frisou. Segundo o administrador, as comerciantes que moram longe geralmente não participam na limpeza e têm tendência de corromper as coordenadoras para não serem penalizadas.

### 3.2 Negócio sustenta jovens ambulantes

*O País,*

*De 11 de Junho de 2010*

Na Baixa de Luanda, mesmo ao pé do edifício Mendes Valladas, meia dúzia de jovens interceptam todo e qualquer cidadão que se aproxima daquela que é uma das livrarias de maior referência da capital: a Lello

Amontoados de livros de vários géneros, sobretudo de carácter didáctico, disputam a clientela com aquela casa. Para ganhar o pão do seu sustento, usam várias estratégias. Uma delas, e a mais importante, é vender exactamente os livros mais procurados no mercado: os escolares. A outra, não menos importante, é vendê-los sempre mais baratos em relação às livrarias.

A actividade que praticam já lhes causou vários dissabores, como a apreensão dos seus produtos por parte da polícia e dos fiscais do Governo Provincial. Mas não desistem. Muitos deles estão no "ramo" há mais de dez anos, prova de que o negócio é bom e, dá, pelo menos, para sobreviver.

Lopes Manuel é um deles. Tem 31 anos de idade. Diz que vende livros desde os 20 anos. A princípio "zungava" pelas ruas da capital, até que lá descobriu que valia mais se ficasse, concentrado em frente de uma livraria, como já outros faziam. Escolheu; a Lello por ser uma das mais procuradas, sobretudo na época em que o ano lectivo tem início.

"O livro que mais anda é o Código Civil. Há também outros, de Economia ou de Medicina, que são muito procurados, assim como os do ensino primário, mas estes compram mais no início do ano lectivo", disse.

O jovem não tem dúvida de que a actividade é rentável,

embora nem sempre as coisas corram bem. Chega a fazer, no máximo, cerca de 15 " mil kwanzas num dia, mas há dias em que não vende nada. Contudo, ao longo destes onze anos, constituiu família (tem mulher e três filhos) e construiu uma casa (sala, dois quartos, cozinha e quarto de banho) no bairro Petrangol. Tudo com a ajuda dos rendimentos do seu trabalho.

À pergunta "onde é que adquire os livros que vende" respondeu com muitas reservas. Apenas que tem "uma fonte que viaja sempre a Portugal e Brasil", onde compra as referidas obras em pequenas quantidades (dez a vinte) para que ele e os seus "colegas" revendam.

#### Preços afugentam leitores

No interior da livraria Lello, contam-se pelos dedos o número de pessoas que revistam as prateleiras, não obstante o grande movimento nas redondezas. A falta de interesse de muitos certamente é ditada pelos preços dos livros, considerados sempre elevados.

Rapidamente olhamos para algumas obras e os respectivos preços: "O Pai do Nacionalismo Angolano", de João Paulo Ganga, impresso no Brasil, custa 9.000 kwanzas; o "Grande Dicionário de Língua Portuguesa", da Porto Editora, custa 32 mil kwanzas; "O Cão e os Caluandas", de Pepetela, editado pela Nzila e impresso em Portugal, custam 2.500 kwanzas.

Na livraria Mensagem, o cenário não difere muito. Aí, os livros infantis, assim como os livros didáticos (do ensino primário ao pré universitário) rondam os 900 e os 3.000 kwanzas. As obras de escritores angolanos variam muito nos preços de acordo com o número de páginas e local de impressão. Há livros de 400 kwanzas, assim como de 2.500 kwanzas. Na secção de saúde e nutrição, os livros são quase sempre caros, chegando a custar até perto de 50 dólares. Chegamos ainda a ver um "Dicionário Enciclopédico" da Editorial Verbo, apenas sobre a letra N, que custa mais de 190 dólares.

### **3.3 Mercado do Panguila tem naves para receber novos vendedores**

*Jornal de Angola,*

*De 13 de Junho de 2010*

Pelo menos 25 novas naves vão ser criadas, no próximo mês, ~ no mercado do Panguila, no Cacuo, no quadro de um projecto de ampliação das suas estruturas físicas, para albergar um maior número de comerciantes, soube a Angop de fonte da Direcção Provincial de Luanda de Mercados e Feiras.

As novas naves, segundo a fonte, serão instaladas num espaço de 50 metros quadrados, com capacidade para albergar 102 vendedores que se dedicam ao comércio de electrodomésticos, calçado, vestuário, cosméticos, produtos perecíveis e prestação de serviços.

Projectada para 10 mil vendedores, o Mercado do Panguila, localizado a 18 quilómetros a norte da capital do país, recebe nos próximos meses novos vendedores vindos de outros mercados a funcionarem em condições precárias.

Criado em 2007, numa área de 250 mil metros quadrados, o complexo comercial conta com 5.376 bancadas, 200 armazéns, 36 câmaras frigoríficas, 144 lojas, 112 bancos de pouso, 13 chafarizes e dependências dos bancos BIC e BPC, para facilitar as operações financeiras dos comerciantes, e um posto médico.

O recinto tem uma área para estacionamento de mais de 400 viaturas, área administrativa, posto policial e uma zona verde. "É importante darmos a oportunidade a outras pessoas que ainda praticam o seu comércio em locais impróprios, mas que têm contribuído para redução da pobreza", disse a c fonte da Direcção de Mercados e Feiras. Entre os vendedores que vão ser transferidos para o Panguila estão os do maior mercado do país a céu aberto, o Roque Santeiro, localizado no Sambizanga.

Em Maio deste ano, a Administração Comunal do Sambizanga anunciou o início, para o mês em curso, da transferência de vendedores do Mercado Roque Santeiro para a zona do Panguila, onde passam a exercer a ri sua actividade numa infra-estrutura com melhores condições de higiene e de trabalho.

O Governo da Província de Luanda prometeu conceder uma conferência de imprensa sobre a transferência dos vendedores do Roque Santeiro para o Panguila.

O mercado Roque Santeiro, existente desde 1986 no Sambizanga, conta com 8.300 vendedores controlados oficialmente pela administração local.

### **3.4 Governador inaugurou mercado no Huambo**

*Jornal de Angola,*

*De 17 de Junho de 2010*

O governador provincial do Huambo, Fernando Faustino Muteka, inaugurou ontem, na cidade do Huambo, o mercado do Forte da Quissala, com capacidade para albergar mil e duzentos vendedores.

O mercado, construído de raiz, está localizado na zona da Quissala, arredores da cidade Huambo. A sua execução durou três anos e foi erguido no quadro do programa do governo e visa melhorar a qualidade e conservação de produtos de consumo da população.

O empreendimento foi construído tendo em conta a nova filosofia de reestruturação do sistema de logística e distribuição de produtos essenciais à população, ligadas ao Presild, Nova Rede Comercial e custou, aos cofres do Estado mais de 500, milhões de kwanzas.,

Comporta duas mil bancadas, onze lojas comerciais, sapatarias, alvenarias, pastelarias, uma farmácia, veterinária, peixarias, duas fábricas de gelo, igual número das câmaras frigoríficas, restaurante, armazéns grossistas, três agências bancárias, nomeadamente Banco Sol, Banco de Poupança e Crédito e o Banco Africano de Investimento.

Dirigindo-se aos vendedores, o governador da província, Faustino Muteka, disse "que a abertura do empreendimento vem concretizar o grande objectivo, que é o de termos um comércio transformado num elemento fundamental da estrutura económica moderna, e não apenas um simples elo de ligação entre a produção, distribuição e consumo".

Faustino Muteka afirmou que o comércio na província do Huambo ainda continua a enfrentar muitos problemas, "porque à medida que controlamos o mercado formal, através dos órgãos de inspecção e fiscalização, o mercado informal continua a crescer de forma desorganizada, vende-se de tudo e não é fácil proceder a devida fiscalização dos produtos colocados ao consumo da população, por razões óbvias", disse o governante.

Disse, por outro lado, que o mercado ora inaugurado vai dar um novo alento ao sector do comércio e vai inverter o quadro actual, uma vez que vai oferecer condições condígnas de venda a cerca de mil 200 vendedores, em bancadas e outros tantos em retalhistas e grossistas, em diversas modalidades.

De acordo com o governador Muteka, cerca de 10 mil e oitocentos vendedores da província solicitaram também os mesmos serviços estruturados.

"Estamos certos de que não podemos acabar com o mercado informal de forma radical, "devido aos constrangimentos largamente conhecidos, a menos que o governo opte por medidas urgentes, para que não se continue a construir focos geradores de lixo e a venda de produtos de qualidade duvidosa", lamentou o governante. O acto de inauguração do mercado Forte da Quissala contou com a presença do Presidente do Conselho de Administração da Central de Compras do Presild, Gomes Maiato, membros do governo da província, autoridades tradicionais, religiosas e outras figuras

### **3.5 Seguranças lavam veículos e prestam outros serviços**

*Semanário Factual*

*De 18 de Junho de 2010*

A prática regista-se com maior frequência desde o segundo semestre de 2009 nas avenidas Deolinda Rodrigues, de Portugal e Brasil, e nas ruas Ngola Kiluanje, Lueji-a-Nkonda, bem como nos arredores da Cuca, do Kikolo, na estrada direita do Golfo e por baixo dos

edifícios em quase todo o Sambizanga.

De acordo com alguns seguranças que não hesitaram em manifestar as suas razões ao Factual, o problema prende-se com a, insuficiência financeira, a falta de incentivo moral e humilhação por parte de alguns responsáveis da empresa em que prestam serviços, incluindo insuficiência alimentar.

Por este motivo, os seguranças abandonam os seus postos para se dedicarem por algum tempo à lavagem de veículos, de ares condicionados, de outdoors de pequenas lojas e de letreiros de botequins.

Marcolino Gouveia, segurança há dez anos, deu a conhecer que os trabalhos que realizam são orientados pelos moradores ou funcionários ao cair da noite, momento em que uns regressam dos seus locais de trabalho.

"O negócio é rentável, enquanto esperamos pelos míseros salários que chegam atrasados e pela má qualidade da alimentação diária "arroz branco com peixe frito". É uma forma de assegurarmos e garantirmos a saúde da família assim como a instrução das crianças. É uma alternativa e não devemos ignorar, porque ninguém vive do seu salário", asseverou.

Inácio Paulo, trabalhador da Função Pública, apelou para a dignidade dos seguranças enquanto estiverem em locais de trabalho, por parte dos responsáveis das empresas contratantes a que prestam serviços.

De acordo com a fonte, as empresas devem melhorar os salários e a refeição dos seus seguranças e garantir transporte, "porque não é legítimo um segurança que também possui família se sentir perdido enquanto assegura a vida de muitos cidadãos e de instituições privadas.

Para Santana dos Santos, funcionário bancário, o excesso de sono verificado nos seguranças enquanto em trabalho tira prestígio ao seu perfil, acabando por se traduzir na falta de competência e de rigor.

Moradores ouvidos pelo Factual queixaram-se da falta de preocupação por parte de alguns seguranças que não tomam cuidados quando lavam os carros, deixando a torneira a jorrar água.

As empresas de segurança ouvidas pelo Factual, como a Jons Service e a Angoseguros, garantiram que a alimentação é de boa qualidade e os baixos salários se devem à crise financeira actual.



### **3.6 Da indigência ao auto sustentabilidade**

*Semanário Factual*

*De 18 de Junho de 2010*

"Os ocupantes da então famosa grande lixeira do Golfo, que viviam de forma indigente, esquecidos de tudo e por todos, ganham desta maneira um meio de se auto sustentarem, devolvendo neles maior esperança e auto-estima, realçou, com franca satisfação, António Coxe, administrador da ONG Associação de Profissionais e Amigos de Combate à Pobreza (APACP), autora do projecto de beneficência para esta comunidade.

Segundo o responsável associativo, os produtos, constituídos por camas, cadeiras, cadeirões, pufos e outros, fabricados a partir do lixo, foram apresentados ao público há pouco mais de uma semana, ganhando, logo de seguida, a aceitação do mercado nacional e dos mais diversos estratos da sociedade.

A cerimónia de apresentação decorreu no dia 10 de Junho, a leste do Zango IV (município de Viana), onde, no quadro do projecto da APACP, foram assentadas estas populações hoje auto-denominada "Comunidade Piloto Força de Vontade" (CPFV).

António Coxe informou que "estes resultados foram possíveis graças à parceira da "Fundação Metroeuropa", do Brasil, que forneceu ao projecto o know-how imprescindível para fazer a reciclagem do lixo e, concomitantemente, a partir deste, produzir novas utilidades".

Os preços para a aquisição dos produtos são bastante acessíveis, sendo, como exemplo, dez mil Kwanzas para uma cama de casal, sem naturalmente incluir eventuais valores de transportação.

Segundo António Coxe, o tratamento e a reciclagem dos resíduos sólidos praticados pela "Comunidade Piloto Força de Vontade", visa igualmente a componente da preservação do ambiente.

"Dado o seu passado, a comunidade é bastante experiente em lidar com o lixo, tornando-se importante parceiro nesta matéria", sublinhou o agente comunitário.

De salientar que os produtos são fabricados numa pequena oficina onde diariamente e com entusiasmo saem novos e cada vez mais aperfeiçoados utensílios para variados fins.

Numa abordagem mais sucinta António Coxe explicou que a Associação de Profissionais e Amigos de Combate à Pobreza (APACP) tem como objectivo fundamental assessorar, aconselhar, apoiar e promover para melhores patamares de vida, pessoas singulares, grupos ou colectividades que, por vontade própria, queiram sair das condições de pobreza e sobretudo da

pobreza extrema.

"A Associação tenta assim dar o seu contributo, por pequeno que seja, à erradicação da pobreza em Angola e com ele, impulsionar o desenvolvimento humano sustentável", assinalou.

Quinhentas famílias beneficiam de moradia o administrador da APACP esclareceu que o projecto em curso com a "Comunidade Piloto Força de Vontade" incluirá igualmente a construção de moradias, na comuna de Calumbo (Viana), para as cerca de quinhentas famílias, correspondente a mais de duas mil e seiscentas pessoas que moravam na antiga grande lixeira do Golfe II.

O projecto, em curso desde 2002, recebeu para o efeito, do Programa de Realojamento das Populações, do Governo, um espaço de terreno de 20 hectares em Calumbo (município de Viana).

Num breve historial sobre a iniciativa da organização da sociedade civil, António Coxe recordou "que a partir do ano 2002 a associação iniciou um trabalho de enquadramento da comunidade bastante carente que vivia dispersa e perdida na grande lixeira do Golfe li, no município de Kilamba Kiaxi".

A iniciativa foi impulsionada pela cidadã Deolinda Bebiana de Almeida, quadro do Ministério Angolano das Relações Exteriores.

"Esta comunidade era constituída em grande parte por pessoas jovens em estado de drogados e embriagados, por isso mesmo muitos deles considerados meliantes de alto risco. A eles se juntavam pessoas idosas, mães e crianças débeis, doentes mentais, deficientes físicos, etc., todos vivendo no lixo e do lixo", lembrou.

"Era gente completamente abandonada por todos e de tudo, a maior parte sem documentação nenhuma, que conhecia pouco ou nada de civismo, abundando entre ela a lei do mais forte", descreveu.

Com o passar do tempo, e depois de muito trabalho de sensibilização, a comunidade ganhou a confiança da associação, que conseguiu finalmente identificar e seleccionar algumas centenas de famílias que viviam nesta lixeira, por mudança comprovadas de comportamento.

O agente social realçou que foi deste modo que nos finais do ano 2005 muitas destas famílias foram transferidas para o quilómetro 40, na comuna de Calumbo, município de Viana,

A missão principal da CPFV é tornar-se numa comunidade coesa, responsável e virada para o auto-desenvolvimento sustentável dos seus membros.

APACP trabalha com a comunidade em três vertentes António Coxe apontou que a sua organização tem trabalhado com a comunidade em três vertentes designadas A, E e T (AET).

A primeira vertente A (Água) tem a ver com o fornecimento do líquido à comunidade: Durante algum

tempo ela esteve a consumir água via cisterna, graças a um apoio do gabinete da Primeira-Dama da Republica, Ana Paula dos Santos.

"Presentemente, o Programa de Realojamento e a EPAL têm toda a estrutura montada para que a qualquer momento a comunidade seja abastecida de água potável", esclareceu.

A segunda (E), é a vertente Emprego. Neste domínio, realçou o entrevistado do Factual, "tivemos o apoio do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), que concedeu à comunidade cerca de 50 bolsas de formação em artes e ofícios.

António Coxe fez saber estar em curso a negociação de um projecto entre a sua associação e a Empresa de limpeza e Saneamento (Elisal) para a criação de uma pequena cooperativa de recolha de resíduos sólidos, a fim de garantir mais empregos para a auto-sustentabilidade da comunidade.

Quanto a última vertente, T (Tecto), consagra a autoconstrução, pelos próprios membros da comunidade, de residências condignas do modelo A e B. Importa salientar que, por enquanto, as famílias vivem em casas de chapas de zinco, um apoio da companhia petrolífera Chevron.

" Estamos a fazer os últimos acertos com o programa de realojamento das populações para a limpeza e loteamento da área que vai servir a autoconstrução dirigida", indicou, com um sorriso de esperança.

As obras de autoconstrução serão erguidas pelos membros da comunidade, com orientação técnica especializada. " Não se pretende fazer novos musseques, mas um verdadeiro bairro com escola dos três níveis, um pavilhão de artes e ofícios, mercado, posto policial, igrejas e locais de lazer", descreveu António Coxe.

O responsável da APACP destacou entre os parceiros que têm dado o seu apoio à comunidade o gabinete da Presidência da República, a Primeira-Dama, os Ministérios das Relações Exteriores, do Comércio, das Obras Públicas, das Finanças, da Justiça e da Agricultura, bem como as embaixadas dos Estados Unidos. da América em Angola, o Banco de Poupança e Crédito (BPC e, para além das já citadas ao longo do texto, de entidades singulares e colectivas.

Em conversa com membros da comunidade, estes foram unânimes em dizer que as suas vidas mudaram deste que saíram da lixeira do Golfo II, tendo adoptado como lema para os novos desafios "honrar sim, humilhar não".

" Muitos de nós tem hoje formação profissional e um emprego que permite sustentar as nossas famílias. Existe maior espírito de solidariedade, todos estamos conscientes de que o nosso futuro depende de nós próprios", concluíram com muito orgulho os integrantes da Comunidade Piloto Força de Vontade

(CPFV).

### **3.7 Administração do Sambizanga desencoraja a venda ambulante**

*Jornal de Angola*

*De 23 de Junho de 2010*

A administração do município do Sambizanga, em Luanda, vai colocar, esta semana, placas de proibição de venda ambulante em várias ruas da circunscrição, disse, ontem, à Angop, o administrador municipal adjunto.

A medida, afirmou Agostinho Silva, pretende desencorajar os vendedores ambulantes que insistem em "transgredir os regulamentos da boa convivência social".

Os arredores do Cine São Paulo, as ruas do Kikombo, Cónego Manuel das Neves e o famoso "arreiou-arreiou" são algumas das áreas que mais preocupam a administração devido à concentração de vendedores. Os vendedores, frisou, já várias vezes foram proibidos, mas alguns insistem em violar a lei, alegando falta de clientes no interior dos mercados, onde foram instalados.

Os vendedores ambulantes, disse, têm produzido enormes quantidades de lixo nas ruas e passeios, dificultando a circulação normal do tráfego automóvel e de peões e poluem o ambiente.

### **3.8 Zungueiras cada vez mais assediadas**

*Folha 8*

*De 26 de Junho de 2010*

Ser zungueira é muito mais do que pensam as pessoas que só dão conta do que se vê a olho nu. Por detrás do famoso calvário diário de que todos falam quando vêm a mulher passar com a bacia carregada de mercadoria, nené às costas, a chorar, elas enfrentam, como qualquer, o assédio dos clientes, assim como o ciúme dos maridos, muitas vezes motivado pelos maldizeres da sociedade.

Lembinha, zungueira há cerca de 10 anos, vendedeira nos arredores de Viana, contou ter enfrentando as duas situações, ou seja, o assédio e o ciúme do marido, argumentando ser a segunda causada, muitas vezes, pelos amigos e familiares deste que vão engasgando a cabeça do mesmo com conversas do tipo "a tua mulher está a chegar muito tarde, uma zungueira faz isso e aquilo.". Considera ótima a relação com o marido, devido às conversas

"Ele já sabe por exemplo, que as coisas no período da tarde andam melhor das 16 até às 19 horas e eu não posso estar em casa antes disso", explica acrescentando

que, contrariamente ao que acontecia outrora, actualmente existem poucos casos de separação por ciúme. Questionada se em nenhum caso a desconfiança de alguns maridos teve razão de ser, Lembinha defendeu que "a mulher que trai o marido não tem de ser zungueira. A médica, a trabalhadora de armazém de escritório ou do Restaurante também podem trair os maridos. Há zungueiras que recebem promessas para deixarem de zangar, em troca de dinheiro, não aceitam e há as que se deixam levar".

Continuando, sorridente, esta disse ter conhecimento de casos que dariam em boas novelas. Incentivada pelas colegas, que iam gritando "conta... conta... conta a história do São Paulo", lembrou a cena de uma colega que deixou o marido para viver com um fornecedor, mas este teve de negociar com o esposo.

"Temos uma ex-colega que zangava maçã importada na zona do São Paulo, situada em Luanda, que hoje é esposa de um português, o dono da loja, à qual ela ia facturar. Ela tinha esposo e três filhos, mas, antes de ficar com o senhor, o empresário e o antigo marido conversaram; arranjou-o emprego e uma casa, e ela ficou com o português. Os dois relacionam-se bem", conta.

Admitindo existir cada vez mais casos de assédio às zungueiras, contrariamente ao outro tempo, Lembia reconhece existir muitos bons clientes. "Os nossos clientes variam de comportamento, há quem pede os terminais telefónicos, liga para encomendas, mas existem os que ligam para outras conversas".

O aumento de assédio às Zungueiras, segundo as mesmas, deve-se ao facto delas tentarem mostrar, nos últimos tempos, à sociedade que não são mal preparadas nem desarrumadas como muitas vezes já foram vistas, ou seja, que ter o pé ou a roupa suja e cheirar ao calor é tão-somente resultado do trabalho que fazem.

# 4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

## 4.1 Serviços básicos para as crianças recebem 30 por cento do OGE

*Semanário Factual*

*De 04 de Junho de 2010*

O ministro afirmou que o montante visa cobrir de forma executiva e operativa os serviços da saúde, educação e do saneamento básico, favorecendo assim as condições básicas que conferem uma melhor qualidade de vida aos pequenos.

Segundo Kussumua, o abastecimento de energia e água, elementos fundamentais da vida, a habitação como factor importante para a estabilidade das famílias, assim como o saneamento básico e ambiental, fazem igual parte das preocupações do Estado.

De realçar que o Orçamento Geral do Estado para 2010, aprovado pela Assembleia Nacional, comporta receitas em kwanzas estimadas em 3.092.272.166.646.00 (três triliões, noventa e dois biliões, duzentos e setenta e dois milhões, cento e sessenta e seis mil, seiscentos e quarenta e seis kwanzas)

Deste modo, um terço do OGE equivale a mais de um trilião de Kwanzas para cuidar da assistência às crianças.

## 4.2 Alves pode ter «batido» com as costas na Rocha

*Semanário Angolense*

*De 12 de Junho de 2010*

Alves da Rocha poderá continuar a debitar a sua opinião sobre a situação política e económica de Angola nos termos que quiser. Porém, nos próximos tempos muito provavelmente já não o será com o título de assessor do ministério do Planeamento a fazer-lhe cobertura.

É que o conhecido economista pode ver cancelado proximamente o contrato que o liga ao ministério do Planeamento. O possível afastamento de Alves da Rocha surge na sequência de uma entrevista que deu ao diário brasileiro Folha de São Paulo e que o Semanário Angolense retomou na sua edição passada. Nessa entrevista dirigiu críticas severas à governação do país. A decisão está praticamente tomada no ministério do

Planeamento e só esperam que ele volte de Portugal, aonde partiu de férias Sábado passado, 5, para lhe comunicarem da «sentença» Questionado sobre a veracidade dessa informação uma fonte daquele órgão do governo que não quis ser identificada disse que «oficialmente Alves da Rocha ainda é contratado do ministério», escusando-se a explicar o «ainda».

Na citada entrevista, Alves da Rocha não só censurou algumas políticas, como pôs em causa iniciativas do executivo, mormente a lei da probidade. A este respeito disse que não é a primeira vez que se ensaia coisa idêntica. «Já há dez anos tentou-se criar a alta autoridade contra a corrupção. Criou-se no papel, nunca foi criado o tal comissário anti-corrupção. Os casos que são dados a conhecer ao público são menores».

Aquele académico foi fortemente censurado por funcionários do governo, incluindo alguns colegas, por ter questionado em público políticas que nunca questionou em privado. Foi acusado de ter-se referido àquele instrumento do governo (a lei da probidade administrativa) de forma desprezível.

Questionado sobre a taxa de desemprego, disse. «As contas do governo, as quais ninguém acredita, dizem que a taxa de desemprego em 2009 foi inferior a 22,5%. As estimativas da Universidade Católica de Angola, que vão constar do relatório económico, apontam uma taxa de desemprego ao redor de 25%, mas acreditamos que estejam subavaliados. Nós também não temos instrumentos para aferir isso com mais detalhes».

As dúvidas de Alves da Rocha não param aqui. «O governo no relatório que acabou de ser aprovado em Conselho de Ministros de execução do plano de 2009 afirma que no ano passado a economia de Angola criou 385 mil novos postos de trabalho, o que ninguém acredita. O governo apresenta os dados sector a sector, mas todos duvidam».

A Alves da Rocha não lhe foi igualmente «perdoado» o facto de ter dito que o Orçamento Geral do Estado (OGE) está a saque «Sim, há um assalto ao orçamento. É evidente. Os instrumentos podem ser a adjudicação das obras, por exemplo. As construtoras poderiam dizer muito melhor do que eu quais são as comissões que são obrigadas a dar para que o governo adjudique uma determinada obra. As comissões são muito elevadas. Essa é uma via que transfere para essa disse de políticos, militares e governantes essas obras. Grande parte dos empresários que Angola tem é oriunda da esfera política. Não há um único ministro que não tenha empreendimentos. Não há nenhum ministro neste país que não tenha uma fábrica ou participe de uma fazenda agrícola ou meios de transporte, não há absolutamente nenhum. Essa gente é rica e rica mesmo. São fortunas. Não sei como a revista «Fortuna» não incluiu ainda nenhum angolano, porque há aqui fortunas de USD 400 milhões, de USD 500

milhões entre dinheiro, património, essas coisas todas. Isso foi sempre através do Estado».

Alves da Rocha disse que o assalto ao «bem de todos» já chegou ao sector petrolífero. «Há muitos políticos, governantes e dirigentes ligados ao partido que alugam as suas casas e vão viver em condomínios que são do Estado e recebem uma renda de USD 25 mil ou USD 30 mil mensais do sector petrolífero. As petrolíferas pagam essa renda, mas sabe-se qual é o mecanismo. No costão as petrolíferas vão dizer quanto gastaram. E portanto quem está pagando essa renda? Somos nós, é o governo, é o

Estado, é o orçamento».

Incomodado com a gestão da república Alves da Rocha sugeriu que no caso da aplicação da tolerância zero e da aplicação da lei da probidade, é preciso ver para crer. «Entre tomar consciência do problema e haver vontade política de alterar vai muita distância».

Alves da Rocha põe em causa também a distribuição da renda nacional, assim como a criação de uma classe de empresários: «O Estado nunca disse: "Bem agora vamos tirar dos ricos e dar aos pobres". Pelo contrário. O Estado controlado pelo MPLA privilegia e apoia a constituição do que o partido chama de uma burguesia nacional pelos mais variados processos».

O académico questiona os argumentos que são usados para se justificar o aparecimento de fortunas em Angola. «Não há qualquer possibilidade de arranjar uma fortuna num país que é independente há 35 anos, com 20 anos de regime socialista. Quando terminei de estudar em Portugal era marxista. Depois de ter vivido o regime socialista aqui... Quem me venha falar disso eu dou as costas. Porque o que se passou aqui no regime socialista eu vou lhe dizer... Em termos de dificuldade de alimentação, de se vestir, de tudo. Tirando os 20 anos de regime socialista, como é que em 15 anos as pessoas com o seu trabalho, ainda que seja com empreendimentos, conseguem juntar fortunas de USD 600 milhões ou USD 700 milhões?»

Funcionários do governo disseram ao SA que «ele poderia ao menos dar a entrevista em casa dele. Nunca no ministério». O Semanário Angolense tentou sem sucesso ouvir Alves da Rocha, que se encontra em Portugal em tratamento médico. Um dia após a publicação da entrevista pelo Semanário Angolense sentiu-se em Luanda que ele dificilmente «sobreviria» ao que disse.

### **4.3 Renomeados economistas angolanos alertam que a corrupção corrói a nação**

*Angolense*

*De 12 à 19 de Junho de 2010*

Primeiro a tomar palavra na sessão, que aconteceu num hotéis da capital por iniciativa da Associação Justiça Paz e Democracia, foi Filomeno Vieira Lopes, que começou por dizer que o país viveu, durante muitos anos, uma fase de "acumulação primitiva do capital que foi iniciada com o capitalismo selvagem", referindo-se ao período de 1992 que marcou a abertura do país a democracia e a liberalização da economia,

O economista falou ainda da "ideologia da corrupção em Angola", realçando que "há dado passo ouvimos falar que em Angola ninguém vive do seu salário", o que leva a maior parte dos cidadãos a buscarem alternativas, rendimentos adicionais para sobreviver. Numa abordagem bastante coloquial, perante mais de 50 pessoas que participaram da concorrida sessão, o especialista lembrou outra frase popular que ajuda a reflectir a mentalidade que conduz a corrupção: "o cabrito come onde está amarrado", "Onde estamos amarrados"? Questionou o prelector que logo a seguir clarificou "a empresas públicas e organismos do Estado onde estão os funcionários públicos",

Ao longo da análise a questão, Filomeno Vieira Lopes alertou que "o nosso sistema é endémico em termos de corrupção, há confusão entre o bem público bem público e o privado",

Ao mesmo tempo, o economista alertou que o comportamento dos titulares de cargos públicos ao longo dos últimos anos mostra que há um entendimento de que "o poder económico tem que dar nas mãos de quem detém o poder político, porque pensam que se outras pessoas tiverem fortunas podem influenciar e reverter o poder político". Por outro lado, Filomeno Vieira Lopes afirmou que "grande parte da propriedade foi adquirida por meios altamente violentos", tendo citado como exemplo, as expropriações de terras e demolições de residências de cidadãos.

Quanto a Lei de Probidade Administrativa, o mesmo entende que "tem bons princípios e pode ajudar a combater este problema" mas lamenta que "o actual poder político está sem força e não está suficientemente moralizado para respeitar o que está plasmado na lei".

Ao tomar a palavra, Vicente Pinto de Andrade também falou do problema, tendo afirmado que "há quatro práticas correntes no País, amplamente associadas a corrupção", tendo citado "o jeito, o favor, a gorjeta e a chamada gasosa", cujas fronteiras, no seu entender "são difusas e ténues".

Vicente Pinto de Andrade referiu ainda que os sectores

da educação e da saúde são as áreas em que a corrupção é mais evidente porque "manifesta-se a olho nu", tendo acrescentando que nestas áreas as consequências são mais graves com impacto nas relações sociais. As causas deste fenómeno centram-se, segundo o economista, na existência de monopólios e de poderes discricionários por parte de determinados agentes sociais, nas excessivas regulamentações e autorizações, nas medidas administrativas de gestão, nos contratos frequentes e prolongados entre cidadãos e funcionários.

Para o prelector, a aprovação da Lei da Probidade Administrativa é um reconhecimento, embora tardio, dos níveis de corrupção no país. Entretanto, Vicente Pinto de Andrade entende que a lei centra-se na questão da corrupção burocrática, ou seja, na questão administrativa, que exclui a corrupção praticada pelos políticos, que ocorre em maior escala.

Apesar da importância que atribui a Lei, o prelector alerta que a legislação por si só não vai resolver o problema, tendo realçado a necessidade de uma "responsabilidade horizontal", para o combate a corrupção política, um papel que deve ser jogado por instituições como o Parlamento e o poder judicial.

"A luta pela democracia e o seu aprofundamento é a única estratégia sustentável no longo prazo, quando se pretende erradicar a corrupção política sistemática", frisou Vicente Pinto de Andrade.

A sessão contou com a contribuição dos presentes, dentre estudantes, activistas cívicos, jornalistas e professores universitários, que mostraram preocupação com os níveis de corrupção no país, com referências constantes ao esbanjamento e opulência dos titulares de cargos públicos.

Quanto a tão propalada tolerância zero, muitos dos presentes mostraram-se reticentes por falta de iniciativas que demonstrem vontade do poder político em combater a corrupção.

Uma das participantes, funcionária pública, mostrou-se preocupada com a forma como são encarados os agentes do Estado. "Todos pensamos que não trabalhamos para o Estado mas para certas pessoas que nos agraciam", realçou, para depois concluir que "vive-mos com a consciência corrompida".

#### **4.4 Corrupção é mais evidente na Educação e na Saúde**

*Semanário Angolense*

*De 12 de Junho de 2010*

Na sua dissertação, Vicente Pinto de Andrade afirmou que os sectores da Educação e da Saúde são das áreas em que a corrupção é mais corrente e mais evidente: «manifesta-se a olho nu», acentuou. Ele acha também,

que é de consequências mais graves, no que respeita às relações sociais e aos valores éticos. A apropriação ilegal de recursos colectivos (públicos ou organizacionais) coexiste com a apropriação indevida de recursos individuais.

As causas deste fenómeno, adianta Pinto de Andrade, radicam na natureza das instituições políticas, na existência de monopólios e de poderes discricionários por parte de determinados agentes sociais, nas excessivas regulamentações e autorizações, nas medidas administrativas de gestão, nos contactos frequentes e prolongados entre cidadãos e funcionários.

O palestrante indicou que a corrupção nas áreas da Educação e da Saúde alastraram-se, durante os últimos anos, perante a indiferença e o silêncio do governo angolano, com particular incidência em épocas de matrículas e de exames.

Segundo ele, os «baixíssimos» salários da função pública, e, em particular, dos professores, dos médicos e enfermeiros, são, do lado da «procura», uma das causas do aumento dos níveis de corrupção no nosso país.

«Os resultados dessa prática são óbvios: diminuição da qualidade do ensino e saúde dos cidadãos e degradação moral dos professores, dos alunos, dos encarregados de educação, dos médicos e dos pacientes e familiares», declarou.

Conceptualmente, Vicente Pinto de Andrade explicou que a corrupção é um problema com uma tripla dimensão: económica, cultural e política, citando dois autores internacionais. Susan Rose-Ackerman e Daniel Kaufmann, que se têm debruçado, extensamente, sobre essas questões.

Recordou que a corrupção é um fenómeno tão velho quanto o mundo e que, contudo, se alastrou durante a década de 1990. Tal alastramento está associado, curiosamente, às reformas políticas e económicas registadas na mesma década. O papel do Estado na economia acentuou-se na década de 1960, produzindo factores que favoreceram a propagação da corrupção.

O colapso das economias centralmente planificadas e a sua substituição por economias reguladas pelo mercado, numa primeira fase, agravaram o fenómeno da corrupção. Hoje, reconhece-se que o Estado tem um papel importante no combate à corrupção, não devendo ser produtor, mas assumir o seu papel de provedor de bens e serviços públicos e semi-públicos, assim como o de regulador.

A Lei, prosseguiu o prelector, centra-se mais na questão da corrupção burocrática ou seja, na questão da corrupção administrativa, na corrupção que ocorre ao nível da implementação das políticas. Esse tipo de corrupção não inclui a praticada pelos políticos, mas, sim, a corrupção em que estão envolvidos os funcionários da administração do Estado.

São, designadamente, a função pública, os ministérios e



os fornecedores de serviços, tais como saúde e educação, polícia, alfândegas, transportes, etc. Deixa de lado a corrupção política, isto é a corrupção que envolve os decisores políticos, a conhecida grande corrupção.

Esta corrupção acontece nos mais altos níveis do sistema político e tem lugar quando os políticos e os agentes do Estado, que são eleitos ou nomeados para criar e aplicar leis em nome do povo, são eles próprios corruptos.

Citando Inge Amundsen, Vicente Pinto de Andrade disse que «a corrupção política existe quando os decisores políticos utilizam o poder político do qual dispõem, para sustentar o seu poder, status e riqueza».

Embora a distinção entre corrupção política e corrupção administrativa seja por vezes ambígua, visto que depende da separação da política da administração (que não é clara na maior parte dos sistemas políticos), essa distinção é importante ao nível analítico e prático.

A corrupção política acontece no nível superior do Estado e tem repercussões políticas. A corrupção política, para além de levar a uma afectação indevida de recursos, também afecta o modo como as decisões são tomadas.

A corrupção política consiste na manipulação das instituições políticas e das regras e procedimentos em favor dos decisores políticos. Deste modo, a corrupção política influencia o funcionamento das instituições governamentais e do próprio sistema político como um todo.

O resultado de todo este processo é a degradação das instituições, razão por que a corrupção política não deve ser vista somente como um desvio das normas legais e escritas dos códigos de ética profissional e acórdãos dos tribunais.

«A corrupção política existe quando as leis e as regulamentações são mais ou menos sistematicamente abusadas, ignoradas ou mesmo ajustadas pelos governantes para se adequarem aos seus interesses» afirmou Vicente Pinto de Andrade, cuja comunicação, pelo seu valor documental e analítico, pode ser lida integralmente mais adiante, nas páginas de opinião deste jornal.

## **4.5 O poder local**

*Jornal de Angola*

*De 14 de Junho de 2010*

O Executivo dá sinais claros de que pretende, tão depressa quanto possível, dar expressão ao Poder Local, como forma de resolver os problemas quotidianos das populações das grandes cidades mas, também das pequenas vilas e aldeias do interior do país. Ninguém pode fazer melhor pelas comunidades que os

eleitos locais. Eles têm uma proximidade tal, que vivem os mesmos problemas e sofrem as mesmas carências. São, também por isso, os primeiros interessados em encontrar às soluções ideais e a gastar bem os dinheiros públicos.

A autonomia financeira dos municípios é, por isso, um primeiro passo fundamental. O segundo é a organização do Poder Local em autarquias e a eleição dos autarcas. Este é o caminho certo e uma vez concluído o processo, todos ficamos a ganhar. O país no seu todo, porque ganha coesão social, as populações porque encontram resposta para os problemas que mais as afligem e os membros da administração pública que ficam com legitimidade popular para exercer as suas funções.

O Executivo anunciou na Ganda, pela voz do vice-ministro Adão de Almeida, que a autonomia financeira dos municípios vai ser efectivada e reforçada. É uma excelente notícia. Mas o dinheiro não resolve nada se as dotações financeiras não forem acompanhadas das medidas de fundo que dêem expressão ao Poder Local. A Administração Central tem de mandar dinheiro para os municípios mas, as administrações municipais precisam de ter planos de actividades e orçamentos anuais que garantam às comunidades os serviços mínimos.

Além de dinheiro, o Executivo deve responsabilizar as administrações municipais e comunais pelo fornecimento de serviços básicos, como o abastecimento de água ao domicílio, a energia eléctrica, a recolha e tratamento do lixo, a manutenção da rede viária municipal, a gestão da rede escolar básica e até a organização dos transportes públicos nos municípios.

Estas são tarefas para desempenhar por quem vive com as comunidades e sabe quais são as suas necessidades mais prementes. Isto significa que é preciso criar um quadro técnico de pessoal para os municípios. Se as administrações municipais e comunais passam a ser as fornecedoras de serviços básicos, precisa de operários especializados e técnicos médios e superiores.

Os políticos não sabem reparar as máquinas que bombeiam a água ou as viaturas, as avarias dos grupos geradores, as roturas das condutas, as avarias na rede eléctrica. Também não são capazes de inspeccionar os alimentos, por isso precisam de um veterinário municipal. Muito menos conseguem fazer uma gestão cuidadosa e profissional dos fundos orçamentais, precisam de um gestor competente.

O Executivo mostra vontade política para transformar as administrações municipais e comunais em órgãos técnicos, geridos por políticos eleitos. Esse é o caminho e está dentro da tradição municipalista. O tempo de enviar dinheiro para os municípios e comunas sem haver um plano de actividades anual credível e exequível, tem de acabar. Caso contrário os fundos são

gastos na construção do "palácio" dos administradores e pouco mais. Fica tudo por resolver e o que resta realizar marca a diferença entre fornecer os serviços básicos às comunidades e o imobilismo. Porque o dinheiro é gasto em tudo menos na solução dos problemas que afectam as pessoas no seu quotidiano.

Temos exemplos concretos desta situação. A Administração Central gasta milhões nos sistemas de captação e distribuição de água potável e as administrações locais nem sequer garantem a manutenção técnica desses equipamentos. Gastam-se milhões em grupos geradores que "morrem" ao fim de poucos meses e o país está cheio de sucata de autocarros, camiões e carrinhas que, ainda no início de vida, estão inutilizados por falta de manutenção. E isto acontece porque as administrações municipais e comunais são meros órgãos de gestão política, quando deviam ser eminentemente técnicas.

Agora que todas vão ter fundos próprios, devem começar a garantir às comunidades os serviços básicos que têm a obrigação de prestar. Os orçamentos não podem ser esgotados em acções avulsas ou para alimentar a máquina política que funciona em circuito fechado e pouco mais faz do que reivindicar que outros façam o que lhes compete fazer, pelo simples facto de que fazem melhor e conhecem mais a fundo as carências e os problemas das comunidades que representam.

# 5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZA ÇÃO E CIDADANIA

## 5.1 Descentralização em conferência no Kwanza-Norte

*Jornal de Angola*

*De 1 de Junho de 2010*

Uma conferência regional sobre descentralização realiza-se na sexta e no sábado, na cidade de Ndalatando, numa organização da Comissão Mista local dos Direitos Humanos e do grupo de coordenação da conferência provincial da sociedade civil.

A conferência tem como objectivo contribuir para a melhoria da cultura de participação democrática nos assuntos relativos à descentralização política, administrativa e financeira no país.

Numa parceria com o Programa de Apoio aos Actores Não Estais (PAANE) e a UTAEU, órgão de ligação entre o Governo de Angola e a União Europeia, a conferência visa apetrechar os membros da sociedade civil sobre a legislação atinente à administração local e autarquias.

Durante o primeiro dia, os participantes vão debater temas como "A participação da sociedade civil nos assuntos da vida pública" e "O processo de descentralização política, administrativa e financeira em curso no país, suas implicações e desafios". Na sexta-feira, os participantes vão debater a "descentralização financeira no OGE", "Os princípios da boa governação e a lei de probidade públicas", seguindo-se de uma apresentação sobre o mapeamento de redes, além de experiências sobre associativismo feminino, tendo como exemplo o fórum das mulheres jornalistas de Angola.

A província de Benguela já acolheu, ainda este ano, uma conferência do género, com o lema "Boa governação e descentralização administrativa". O evento foi promovido pela ONG angolana Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), em parceria com as suas congéneres norte-americanas Catholic Relief Services (CRS) e a fundação alemã Friedrich Ebert. O encontro visando criar uma interacção entre as administrações municipais e a sociedade, civil. O objectivo foi de partilhar experiências sobre a governação, descentralização e desconcentração administrativa, para a contribuir no reforço das capacidades das administrações municipais.

## 5.2 Parlamento aprova a lei do património público

*Jornal de Angola*

*De 23 de Junho de 2010*

A Assembleia Nacional aprovou, ontem, por 156 votos a favor, 14 contra e nove abstenções, a Lei do Património Público, de iniciativa legislativa do Presidente da República e chefe do Executivo.

O diploma estabelece o regime jurídico do controlo da gestão do património e integra o domínio privado do Estado. Ao apresentar o documento, o secretário de Estado do Tesouro, Neto Costa, explicou que os órgãos do Estado, as autarquias locais, os institutos públicos e outras pessoas colectivas públicas pertencentes ao sector público administrativo estão obrigados a observar os princípios da legalidade.

Neto Costa referiu ainda que os órgãos devem, igualmente, observar os princípios da Probidade Pública, o respeito pelo património público, boa gestão, transparência, responsabilidade e concorrência, no âmbito dos procedimentos de aquisição, administração e alienação de bens.

O deputado João Pinto, da bancada parlamentar do MPLA, acredita que o documento vai garantir "a transparência da inventariação do património e a sua manutenção.

"Apesar das diferenças políticas e ideológicas, devemos felicitar a iniciativa e perceber que se trata de uma questão de transparência e vem facilitar para que o Estado crie um diploma para definir o património imobiliário, mobiliário e outros patrimónios regulados noutras leis". O secretário de Estado do Tesouro disse que a aprovação do diploma surge da necessidade de se adequar o sistema de Contratação Pública à nova realidade Constitucional e uniformizar a disciplina jurídica aplicável à contratação de empreitadas de obras públicas e à aquisição de bens e serviços por entidades públicas.

O secretário do Tesouro garantiu que o diploma vai assegurar que a contratação pública obedeça aos princípios da competitividade, economia, eficiência e eficácia, e por outro lado, vai incentivar e estimular a participação de empreiteiros, fornecedores e prestadores de serviços, principalmente os nacionais.

Para o deputado João Pinto, este diploma vai combater

a dispersão de normas. "No âmbito da contratação pública, devemos exigir normas claras que procuram evitar actos que põem em causa a probidade".

O regulamento do Grupo de Mulheres Parlamentares também foi aprovado ontem por unanimidade pela Assembleia Nacional. A presidente Cesaltina Major disse que o órgão garante a defesa dos interesses e a igualdade de direitos entre homens e mulheres. O grupo de mulheres parlamentares incentiva a acção das mulheres parlamentares e assegura a elevação das suas capacidades. A fim de exercerem activamente os seus direitos e participarem no desenvolvimento da democracia.

O deputado Silvestre Samy, da bancada parlamentar da UNITA, questionou o facto de o diploma não ser discutido na generalidade e ter sido analisado apenas nas comissões de especialidade.

O presidente em exercício da Assembleia Nacional, João Lourenço, esclareceu ao deputado que o diploma deu entrada no Parlamento com o pedido de urgência e, de acordo com o artigo 173 da Constituição, o Executivo tem a prerrogativa de solicitar que os diplomas sejam tratados com urgência.

O deputado Tomás da Silva, do MPLA, reforçou que o diploma foi analisado pelas comissões de especialidade, sublinhando que o procedimento está previsto na Constituição e no regimento da Assembleia Nacional.

"Os documentos que vêm com carácter urgente devem ter um tratamento especial, não cumprindo aspectos de natureza formal", disse o deputado.

UNITA vota contra

O diploma foi aprovado com votos" a favor do MPLA e Nova Democracia. Os partidos UNITA, PRS, e FNLA abstiveram-se da aprovação. A líder da bancada parlamentar da UNITA, Alda Sachiambo, afirmou que o seu partido votou contra a reapreciação da Lei sobre a organização e funcionamento dos órgãos locais do Estado, reiterando a sua anterior posição.

A deputada sublinhou que o documento, que foi enviado para a reapreciação, não corresponde ao diploma aprovado pelo Parlamento na plenária anterior. A UNITA, disse, votou também contra a Lei do Património Público por entender que o número três do artigo 173 da Constituição evoca o requerimento da urgência de agendamento de qualquer assunto, o que não invalida o procedimento normal de tratamento dos documentos.

A sessão de ontem contou com a presença do ministro do Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, do ministro para os Assuntos Parlamentares, Norberto dos Santos, e do embaixador do Reino Unido, Richard Wildash, e o seu secretário para os assuntos políticos e de imprensa.

# 6 URBANISMO E HABITAÇÃO

## 6.1 Renovar a capital

*Jornal de Angola,*

*5 de Junho de 2010*

Luanda tem problemas estruturais que precisam de uma intervenção de fundo, mas ao mesmo tempo é preciso responder aos problemas do quotidiano para facilitar a vida dos cidadãos. As obras de requalificação urbana que neste momento decorrem nos armamentos são mais do que justificadas porque vão facilitar o trânsito, cada vez mais caótico, e acabar com as autênticas tragédias que as populações vivem no tempo das chuvas.

A cidade no seu conjunto está degradada e essa degradação vai-se acentuando à medida que o tempo corre e não há obras de manutenção nos prédios. A rede de escoamento das águas pluviais está assoreada ou simplesmente não existe. Os esgotos correm a céu aberto. As fossas dos prédios não são despejadas e depois os afluentes correm para os passeios e a seguir para a rua. Ainda temos muitos quilómetros de canalizações de água que precisam de substituição urgente. O tráfego automóvel aumenta todos os dias.

Reparar as ruas e os passeios é fundamental e está a ser feito. Estas obras são fundamentais para devolverem a cidade aos luandenses. Hoje os peões praticamente não têm espaço na capital.

Os transportes públicos não funcionam ou então andam numa marcha tão lenta que não são rentáveis e dificilmente podem prestar um serviço com um mínimo de eficiência. Os armamentos degradados são responsáveis por esta ineficácia. Mas o trânsito caótico responde pela maior fatia. Por isso, reparar as ruas de Luanda é muito importante, mas as autoridades têm de alterar o trânsito na Baixa e nos principais acessos à cidade. Já foi dado um primeiro passo proibindo o trânsito de camiões nas vias estruturantes às horas de ponta. É preciso dar o passo mais importante e provavelmente o que tem mais custos políticos, que é proibir o trânsito de viaturas particulares na Baixa de Luanda e nas vias radiais que partem do centro da cidade. Se queremos resolver o problema dos transportes públicos temos de criar corredores exclusivos para autocarros e táxis. E também proibir o trânsito na cidade.

Reparar as ruas sem que sejam tomadas medidas para disciplinar o trânsito, vamos complicar ainda mais a situação porque com as ruas reparadas e asfaltadas, a tendência é ainda virem mais automóveis particulares para o centro da cidade.

Requalificar a rede viária na cidade e nas suas áreas

suburbanas exige igualmente a construção de uma rede de esgotos das águas pluviais e dos esgotos domésticos. Sem isso, ficamos na mesma, logo nas primeiras chuvas, como vem acontecendo. As principais ruas do centro de Luanda foram reparadas há dois anos e muitas, estão como se encontravam antes. Não aguentaram dois anos de chuvas. É normal que assim seja, quando não há escoamento das águas, temos buracos. E as enxurradas arrastam lixo e terra para o asfalto.

As obras que neste momento decorrem para reparar as ruas que estão degradadas têm de ser acompanhadas do saneamento básico e de medidas que disciplinem o trânsito. Caso contrário, os fundos gastos nestas obras vão ser levados nas enxurradas. Para que nada falhe, temos de programar as obras e não nos limitarmos a tapar buracos que amanhã estão outra vês destapados.

Luanda é uma cidade que merece todas as atenções dos que têm a responsabilidade da sua gestão. Mas os luandenses também têm pesadas responsabilidades no estado a que chegou a nossa cidade. É altura de mudarmos comportamentos e de respeitarmos a cidade que nos foi legada pelos -nossos antepassados. Se todos colaborarmos, apesar de termos problemas estruturais que não se resolvem de um dia para o outro, é possível fazermos da capital uma bela cidade onde vale a pena viver. Esta tarefa é de todos: peões, automobilistas, trabalhadores, empresários, políticos. Temos que decidir se queremos uma cidade, das mais antigas de África, à altura r dos seus pergaminhos e do seu percurso histórico ou se queremos uma cidade esburacada, poluída, com engarrafamentos quilómetros, esgotos a céu aberto, prédios sujos, lixeiras nas ruas.

O Governo de Luanda e o Executivo podem fazer muito para devolver a Luanda a sua grandeza do passado. Mas o comportamento dos luandenses é decisivo. Se sujamos, estragamos, partimos e provocamos engarrafamentos de trânsito, não há dinheiro do mundo que salve a cidade. E nenhum político consegue cumprir a sua missão. Enquanto decorrem as obras de requalificação urbana, temos de decidir se vamos amar a cidade ou se vamos continuar a sua destruição.

## 6.2 O Rocha Pinto na Mira de urbanização

*Folha 8*

*De 12 de Junho de 2010*

O bairro do Rocha Pinto, é uma periferia que se encontra perto dos grandes empregos urbanos, dos mercados e dos serviços sociais, que julgamos, têm contribuído para o aumento pecuniário do valor simbólico daquele espaço territorial. É também fruto da irresistível especulação imobiliária que vai tomando conta dos terrenos mais apetecíveis que são os ribeirinhos a nova via estabelecida que será ainda mais valorizada com o instalado da denominada nova "Marginal". É sem dúvidas um exemplo de Musseque em transição, com os níveis elevados de pobreza, mas comparativamente com os outros bairros peri-urbano, chega a ter melhor acesso a infra-estruturas e serviços. A densidade populacional é alta com proporções elevadas de pessoas provenientes de outras províncias. E seguramente, um dos bairros da cidade de Luanda qualificado como peri-urbano, e já foi considerando como dos mais emblemáticos, pelo facto de ter sido lá onde se concentrava o maior nível de pobreza da cidade. Hoje seguramente, já não tem este condão, porque outros bairros ainda mais pobres foram surgindo. O facto de a cidade ir se estendendo significativamente para o Sul, foi alvo de alguns investimentos individuais fazendo com que o bairro tenha hoje uma apresentação menos precária, do que os outros bairros da sua categoria em termos de génese.

2. O Rocha Pinto, é um bairro de contrariedades onde, apesar de autoconstrução "selvagem" que se observou naquela parcela do território da Maianga, por incúria da Administração, não podemos deixar de sublinhar que houve iniciativas peregrinas que despertaram a atenção de alguns estudiosos da Arquitectura e do Urbanismo, como foi caso duma Construção feita por um antigo funcionário da refinaria de Luanda que construiu, a sua própria casa através de tubos de perfuração que já não eram úteis para Indústria petrolífera, reciclou com um, piso superior com a fachada que Simbolizava um gorila sentado, não fosse ele um homem originário de Cabinda, que pretendeu simbolizar uma das marcas mais conceituadas da floresta do Maiombe, no Rocha Pinto.

3. Um bairro que tem a particularidade, de ser um Musseque em transição, na medida em que possui uma mistura de um Musseque de transição e outra de Musseque periférico, porque apesar de ter um elevado nível de pobreza, possui em determinadas áreas do bairro, alguma facilidade de acesso, nomeadamente na denominada área dos "Langas", onde podemos encontrar os acessos basicamente facilitados. Quanto ao facto de ser periférico, deve as circunstâncias criadas

da sua própria génese, e agudizada pela evolução de guerra civil depois da independência, e após os resultados eleitorais de 1992, onde as áreas rurais e não só, tornaram-se instáveis e perigosas, provocando vagas sucessivas de imigração para Luanda, inicialmente as famílias deslocadas procuravam refúgios perto dos seus familiares, que migraram mais cedo para Luanda, e o Rocha Pinto pela sua localização geográfica se transformou numa "rota óbvia".

4. O Rocha Pinto hoje faz parte da urbe, em virtude do crescimento acelerado do inevitável fenómeno da urbanização, graças a nossa capital que segundo alguns estudos feitos apontavam que Luanda, sofreu uma quadruplicação da "sua" população e como prova disso, passou de 948.000 habitantes no censo de 1983, para cerca de 3.200.000. (Segundo estimativas do INE, de 2000).

5. Segundo alguns estudos avulsos, a população que constitui hoje o território do Rocha Pinto e estimada em 1.500.000 habitantes, população esta que é constituída por uma amalgama de diversas origens e sensibilidades, é um bairro com falta de saneamento básico, sem uma praça urbana definida, sem arruamentos onde abunda as construções precárias, é visível a ausência de condições de habitabilidade, que em termos práticos se traduz em dinheiro mal gasto, da parte dos sacrificados cidadãos, que procuram com toda justiça realizar um dos postulados da constituição que é o direito a habitação. Na Cimeira de Estrasburgo de 1996, cujo tema presidente foi o da habitação, ficou patente que a autoconstrução ainda é a melhor via para acudir as carências gritantes, porque os governos dificilmente conseguem por si sós, cobrir esta lacuna social. Portanto, a via que melhor se enquadra para nós ainda é a auto - construção dirigida, isto é o cidadão constrói, e a Administração faz o acompanhamento técnico e orientador, no sentido de se evitar as construções brawnianas até aqui verificadas, com casas feitas com muros de "inveja" onde os caminhões entravam para o interior e ninguém conseguia o ver.

6 - Falar da requalificação urbana do Rocha Pinto, implica falar, de um Ordenamento daquele Território do Município da Maianga. Hoje a tendência das imobiliárias é a de tomar conta dos terrenos mais apetecíveis.

7 - O facto de este bairro ter à particularidade, de poder "casar-se" com outros bairros que o circundam, faz com que o mesmo tenha um estatuto diferente do que tinha. Acaba por ser importante não só para os habitantes locais, como para a própria estruturação de urbanização dos bairros que lhes são vizinhos, quer dizer que começa a ser estruturante pela praça da cidade. Os investimentos pessoais que foram feitos que resultou no actual figurino do bairro, mesmo que ainda precário, acaba por se apresentar com um cenário



diferente daquele que se verificava no início dos anos de 1980.

### **6.3 Cerâmica de Cabinda produz 20 mil tijolos por dia**

*Semanário Económico*

*De 17 de Junho de 2010*

Cerâmica de Sassa Zau, na província de Cabinda beneficiou de um investimento de seis milhões de euros (7,2 milhões de dólares) para a sua total reabilitação, depois de 19 anos de paralisação, o que permitirá o aumento de produção de três para 20 mil tijolos diários. Em declarações à imprensa, o governador provincial, Mawete João Baptista disse que "a fábrica vai trabalhar para o governo e para as populações, faltando apenas a questão de preparar o contrato com a empresa gestora, no âmbito da participação público-privada", disse.

E não ficou por aqui: "Não pode haver equívocos, é o governo que investiu, recuperou a unidade, introduzindo novas tecnologias e novas máquinas", acrescentou o governante para esclarecer os rumores que se levantam em relação à suposta privatização daquela unidade industrial.

Localizada na aldeia com o mesmo nome, as obras iniciaram em 2005 e contam com 33 trabalhadores. De realçar que a fábrica tinha uma capacidade de produção de três mil tijolos diários, queimados à lenha. Quando a mesma reentrar em funcionamento, a sua produção será de 20 mil tijolos por dia, com previsão de atingir os 70 mil tijolos diários.

A mesma era adstrita ao então Ministério da Construção e Habitação fazendo parte da Instituto de Materiais de Construção (IMC).

As obras de reabilitação e instalação de equipamentos, a cargo da construtora local Azisconstroï, levaram quatro anos. O empreendimento vai proporcionar emprego a 70 cidadãos, maioritariamente residentes da aldeia.

A energia eléctrica não será problema: vai ser assegurada por dois geradores de 550 e 650 KV.

Além de tijolos, a cerâmica de Sassa Zau produzirá telhas, cumeiras e mosaicos rústicos.

À semelhança das outras províncias, os principais problemas relativos aos materiais de construção resumem-se a morosidade que se regista no desalfandegamento de mercadorias que passam pela fronteira de Massabi, provenientes do Porto de Ponta Negra, na República Democrática do Congo.

A outra inquietação do empresariado local prende-se com as dificuldades no desalfandegamento dos materiais de construção, pelo facto de as alfândegas não aplicarem o regime especial aduaneiro para região de Cabinda. Só para exemplificar o saco de cimento de 50 quilogramas está a ser comercializado a mil e 300

kwanzas.

Os empresários dizem não sentir na prática a isenção de impostos decretado para os materiais de construção. Os agentes importadores da província ainda encontram muitas dificuldades no desalfandegamento das suas mercadorias.

A Associação dos Pequenos e Médios Empresários de Cabinda (Apmeca) tem alertado várias vezes sobre essa realidade que preocupa os associados.

### **6.4 As novas cidades**

*Jornal de Angola,*

*17 de Junho de 2010*

Luanda teve sempre problemas de ordenamento do território e a cidade nunca conseguiu libertar-se do cerco dos bairros que nasceram de uma forma anárquica. Nos anos 60 houve uma tentativa de fugir a esse anel de caos urbanístico com a Cidade Satélite de Viana. Os resultados foram animadores mas ninguém avançou com outras áreas urbanizadas.

Os problemas agravaram-se com o crescimento da população da capital para números incomportáveis. Com a conquista da paz, foi possível repensar a política urbanística e estão a nascer novas cidades à volta de Luanda, para desafogarem o centro histórico e atenuarem a tremenda pressão humana a que está sujeito.

Luanda está a crescer para as áreas que foram definidas no passado. Novas urbanizações foram construídas na área de Belas e quase todas de primeira qualidade. Embora ainda existam problemas graves de acessibilidades, a verdade é que essa nova cidade alberga centenas de milhares de habitantes e nessas urbanizações existe qualidade de vida. No que diz respeito à cidade que nasceu a sul de Luanda, há também o problema do preço das habitações. Os compradores pagam luxo onde a qualidade está situada no escalão de rendimento médio-baixo. E a habitação social de projectos como o Nova Vida ou Lar do Patriota tendo preços mais em conta, são igualmente elevados.

As urbanizações de Viana, sobretudo as que acolheram habitações sociais, têm preços mais baixos, mas subsiste o problema das acessibilidades, embora o comboio tenha resolvido muitos problemas. Um parque de estacionamento nas proximidades da estação de Viana ajudava a ultrapassar muitas dificuldades dos moradores dessas novas cidades. Esperamos que esse seja o próximo passo.

O Presidente da República esteve ontem no Cacuaco a visitar as obras de uma nova centralidade urbana que vai albergar centenas de milhares de moradores. Esta é uma área nova que pelo menos no ordenamento dos anos 60 não estava prevista como zona de expansão de Luanda. Nos estudos dessa época, Luanda crescia para

Viana e para a Barra do Kwanza. Agora nasce uma grande cidade a norte. Esta nova urbanização acompanha o projecto do Panguila onde o Estado alojou dezenas de milhares de funcionários em habitações sociais. Esse bairro tem problemas estruturais graves que precisam de ser resolvidos. O nascimento da nova centralidade urbana permite, numa economia de escala, dotar as duas urbanizações de infra-estruturas básicas, sobretudo o saneamento e o tratamento dos efluentes domésticos. Os habitantes ficam a ganhar e aumenta a oferta de qualidade.

O crescimento de Luanda para Norte é servido pela auto-estrada que liga ao Zaire e a via rápida circular a Luanda que tem ligação com as novas centralidades que estão a nascer no sul e sobretudo na área de Belas.

O projecto ontem visitado pelo chefe do Executivo representa um passo, em frente muito importante para repor a normalidade urbanística na área metropolitana de Luanda. Desde logo, a oferta de habitação a preços controlados impede a especulação imobiliária que na capital atinge as raias do absurdo. A criação das reservas fundiárias do Estado foi igualmente um passo fulcral para acabar com a especulação. Mas os municípios onde crescem as novas cidades têm de agir com urgência para impedir que particulares construam em terrenos públicos e sobretudo têm a obrigação de proibir a construção de casas sem projectos e sem licenciamento.

As administrações municipais devem estar na primeira linha do combate ao caos urbanístico. Tal como pela sua inacção estiveram na origem do nascimento de bairros clandestinos em áreas de risco ou em reservas do Estado. Se queremos ter cidades organizadas e dotadas de infra-estruturas básicas, se queremos garantir aos seus habitantes um mínimo de qualidade de vida, temos de impedir que de um dia para o outro nasçam casebres por toda a parte.

Ao permitirem esses abusos, as administrações municipais não resolvem problema nenhum, nem sequer a quem constrói os casebres. Apenas adiam a solução dos problemas. No urbanismo adiar pode significar o agravamento das situações de tal forma que depois não haja solução nenhuma. Basta olhar para os bairros suburbanos de Luanda para percebermos que dificilmente eles podem ser dotados de arruamentos, água, luz e saneamento básico.

O exemplo das novas centralidades urbanas é para ser seguido. Esse é o modelo que interessa às grandes urbes angolanas. O caos urbanístico reinante praticamente não permite outras soluções aceitáveis.

## 6.5 A vida das cidades

*Jornal de Angola*

*De 18 de Junho de 2010*

As populações urbanas começam a ter uma oferta de habitação com, qualidade e a preços controlados. Os programas do Executivo que visam garantir um bem essencial como é a casa, estão a dar excelentes resultados. E estas políticas não são de agora, pelo contrário, os sucessivos governos, desde a independência, fizeram sempre da habitação para todos uma bandeira.

Nos primeiros anos de Angola independente, a habitação era praticamente gratuita e assim se manteve até às primeiras eleições multipartidárias. Os governantes angolanos sempre fizeram tudo para que todos os angolanos tivessem direito às condições que dão sentido à liberdade: pão, trabalho, educação, saúde e habitação. Foi esta política que acabou por criar sérios problemas às cidades angolanas, porque o Estado não conseguia colectar fundos para fazer a manutenção de milhões de fogos habitacionais que foram entregues às pessoas que necessitavam de uma habitação digna.

Para garantir esse direito constitucional, o Executivo precisa de cobrar impostos que cubram as despesas de manutenção das habitações que estamos a construir aos milhões. E as pessoas que recebem as novas casas têm de cumprir escrupulosamente o pagamento das prestações, caso contrário em breve temos os bairros sociais e as cidades das novas centralidades com problemas provocados pela falta de manutenção.

Outra questão que se coloca e tem primordial importância tem a ver com a manutenção das áreas comuns dos prédios que compõem as novas cidades. A sua gestão correcta exige que todos os moradores paguem serviços básicos sem os quais esses bairros ficam inabitáveis.

Nas novas centralidades há equipamentos que exigem manutenção permanente, desde iluminação pública, saneamento básico, bombas de água, geradores de energia eléctrica alternativos ao fornecimento da rede pública. Estes serviços custam dinheiro e os custos têm de ser suportados pelos moradores, através de taxas anuais ou prestações mensais.

Na nova cidade do Zango há torres com mais de 15 andares. Cada edifício tem de ter um regulamento próprio, caso contrário um morador usa os espaços públicos como lhe apetece, podendo prejudicar interesses e direitos dos restantes condóminos. No regulamento têm de constar normas sobre o ruído nocturno, a correcta utilização dos equipamentos comuns e até das próprias habitações.

Cada edifício é gerido como uma unidade autónoma com administrações própria. As prestações mensais de

cada morador para a manutenção dos espaços comuns têm de ser definidas previamente. Quem não cumprir sofre penalizações, de acordo com a gravidade das suas faltas. Se um morador não paga reiteradamente as prestações mensais do condomínio e viola de forma persistente os regulamentos, a penalização tem de ser exemplar.

O Executivo adoptou uma política de habitação que, temos a certeza, vai ser estudada em todo o mundo. No final desta legislatura os angolanos vão ter centenas de milhares de habitações dignas e confortáveis. Não há exemplo igual, mesmo nos países desenvolvidos. Mas esse esforço gigantesco tem de ser acompanhado de medidas adicionais que garantam uma vida longa às habitações e às novas cidades que agora estamos a construir.

Mbanza Congo, Ambriz, Luanda, Benguela, Dondo e Porto Amboim são cidades centenárias. A capital ainda hoje tem de pé edifícios públicos e privados com centenas de anos. Em muitas ruas da Baixa de Luanda, designadamente no Bairro dos Coqueiros e na Cidade Alta, há habitações centenárias em bom estado de habitabilidade. Isto significa que uma casa é para gerações e não para alguns anos. Por isso é fundamental a manutenção dos prédios e das moradias. As Administrações Municipais e os Governos Provinciais têm de impor regras muito claras aos moradores e proprietários nesse sentido.

Afinal trata-se de repor os regulamentos muito claros sobre a manutenção dos edifícios públicos ou privados. Não estamos a construir cidades precárias ou casebres de papelão. Estamos a fazer cidades com elevada qualidade construtiva e os moradores têm de acompanhar os esforços do Executivo angolano mantendo as suas habitações em perfeito estado de habitabilidade.

Quanto ao mercado de arrendamento, também as Administrações Municipais e os Governos Provinciais têm um papel fundamental a desempenhar, apenas permitindo o aluguer de casas que estejam em bom estado de habitabilidade. Quem não fizer a manutenção das casas fica sem o direito de fazer contratos de arrendamento e uma casa reprovada na inspecção técnica não pode ter água nem luz. Estas medidas são cruciais para mantermos as belas cidades que estamos a construir.

## **6.6 O futuro espelho da capital**

*Semanário Factual*

*De 18 à 25 de 2010*

Antigamente a Marginal era conhecida como a Baía de Luanda e era um local aprazível onde casais de namorados e pessoas em grupo calcorreavam os seus passeios para relaxe ou simplesmente lazer.

Durante anos, tem sido na Marginal que acontecem os concursos do Carnaval, praticamente desde 1977, arrastando multidões para verem o evoluir dos grupos e, conseqüentemente o espectáculo.

Nesse período e no fulgor da vitória sobre o colonialismo português, e para mostrar o "poderio" das Forças Armadas, a avenida Marginal serviu para a demonstração de equipamento militar, como canhões, carros de combate, lagartas todo-o-terreno, incluindo armas e munições de todos os tipos. Era uma demonstração que acontecia por ocasião do dia 10 de Agosto, dia das então Forças Armadas de Libertação de Angola (FAPLA), o primeiro exército saído da guerrilha em 1961 conduzida pelo então Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), no poder actualmente.

O resultado foi a destruição do asfalto da Marginal, cujo efeito ainda é sentido hoje pelas ondulações do tapete, com protuberâncias e covas, fazendo as viaturas saltitar, como se de borracha tivessem sido feitas.

No entanto, é sabido que no âmbito da requalificação, a Marginal votará a brilhar e nessa altura já a zona estará diferente do aspecto que hoje apresenta.

### Arquitectura

É na zona da Marginal onde estão os edifícios imponentes que dão beleza ao local, destacando-se o Banco Nacional de Angola, uma infra-estrutura de referência, tanto que o seu interior é todo em mármore, um minério que Angola possui, particularmente na província do Namibe, onde existem vários tipos de rochas ornamentais, incluindo o granito negro

Foi através da Banca que o governo da Angola independente, em 1975, procedeu, em 1976, à troca da moeda, do escudo português para o Kwanza, que sofreu muitas transformações até à sua característica actual.

Outro edifício imponente na Marginal, e que é o motor da economia, é o Porto Comercial de Luanda. Neste empreendimento, com uma arquitectura única, são movimentados por dia centenas de contentores com diversas mercadorias. E o porto é o sorvedouro da Alfândega que contribui, em boa parte, para o Orçamento Geral do Estado.

Aliás, os investimentos no Porto de Luanda permitiram melhorar a actividade, sendo que hoje quase 500

contentores diversos são retirados, face à demanda dos armadores e de navios que antes ficavam ao largo meses para atracar, o que não acontece actualmente.

Para essa situação ser desafogada foi chamado o Porto Comercial do Lobito. Pode dizer-se que o Porto de Luanda trabalha "mais à vontade" mas, mesmo assim, sob o peso da economia angolana em crescimento.

A avenida Marginal é, na verdade, o lugar que todos procuram porque nela estão diversos serviços como seguradoras, transportes, comércio, universidades, transitários, cabotagem, petróleos, finanças, quer dizer, detém o "ranking" a nível das instituições aglomeradas numa só zona.

Por isso, a movimentação na Marginal é intensa, quer por pessoas como por viaturas, fazendo a ligação entre a Ilha do Cabo e a Boavista, com um tráfego fluido, às vezes, ao longo do dia, da noite e até da madrugada.

"Por acaso, é verdade, a maioria dos serviços, está aqui, porque é uma zona nobre", afirmou a estudante da faculdade de medicina da Universidade Agostinho Neto, buscando a história para dizer que a Ingombota foi a primeira no contexto da cidade de Luanda.

Estudantes abordados pelo Factual Convieram que a Marginal tem de mudar, chamando a atenção para os perigos de uma condução endiabrada.

"Esta avenida é larga e já aconteceram acidentes por as pessoas quererem atravessar para o outro lado da via, pelo que é preciso muito cuidado", alertaram as estudantes.

Laurent Lute, francês e marinheiro de um navio ao largo da costa, fez saber que a zona da Marginal lembra a Marginal do seu país banhada pelo rio Senna. "C'est paru" (é parecida"), comentou.

Sentado num restaurante em companhia de colegas, afirmou que, se pudesse, ficaria, porque "je regarde là mer, ça c' est joli, a cet moment" (olho o mar e é bonito, a esta altura, pois o sol já se escondia no horizonte), a amanhã da Marginal

O Factual sabe que a zona marítima adjacente à Marginal está assoreada por areia, a fim de se criarem espaços para a construção de empreendimentos diversos, com destaque para edifícios habitacionais, hotéis e zonas de lazer, de modo a rentabilizá-las e torná-las mais turísticas.

Tanto é assim que o lado direito da ponte que vai para a ilha do Cabo já viu o seu mar coberto de areia, uma mostra de que toda a região, incluindo a Chicala, vai ser "limpa" para albergar projectos de envergadura, visando a sua requalificação, com serviços mil a favor dos luandenses e não só.

Isso que dizer que, mais dia, menos dia, a Marginal de Luanda estará irreconhecível, com metade do mar assoreado e com novas áreas arborizadas, dando azo a passeios, a encontros familiares e sociais, de modo que a actual imagem seja esbatida e em seu lugar surja uma

pequena parcela da cidade dedicada exclusivamente ao turismo.

Por isso, existe na Marginal um Jango onde as pessoas podem tomar conhecimento desses projectos Já lá fui e, de facto, pelo que tomei conhecimento, os projectos são grandiosos, mas esperemos que eles venham a servir, verdadeiramente, a população de Luanda e, quiçá, de Angola, no geral", afirmou Duarte Manuel, proprietário de um restaurante bem localizado na Marginal, ou seja, a antiga Baía da capital...

## **6.7 Famílias desalojadas já têm casas**

*Jornal de Angola*

*De 18 de Junho de 2010*

As famílias dos bairros Azul e Boa Vista, em Ndalatando, 90 ao todo, retiradas, há aproximadamente três anos, das zonas por onde passam os cabos de alta tensão, começaram, na quarta-feira, a receber casas novas construídas pelo governo provincial.

O governador do Kwanza-Norte procedeu à entrega simbólica de uma casa a Donana Manuel Francisco Cordeiro.

"Estou muito agradecida por tudo quanto foi feito. Passámos muito tempo a vi ver em casa de aluguer e agora que estas estão prontas a nossa vida será melhor", disse ela.

Para a entrega das casas basta aos beneficiários dirigirem-se à administração municipal de Cazengo para tratarem da documentação necessária e receberem as chaves.

O governador Henrique Júnior felicitou os beneficiários e agradeceu-lhes a paciência que tiveram em esperar pela conclusão das obras.

"Esse período criou cepticismo em muita gente, que já não acreditava na entrega das casas, mas, como temos dito, o governo às vezes demora, mas nunca deixa de cumprir as promessas", afirmou.

O director local das Obras Públicas, Pinda Dongala, lembrou que o projecto da construção de casas começou numa altura em que o governo da província pretendia melhorar o abastecimento de energia eléctrica na cidade de Ndalatando, a partir da barragem de Capanda, em Malange.

Para desenvolver um trabalho, com base nas normas técnicas previstas para a montagem da linha de alta tensão de energia eléctrica, referiu, tiveram de ser desalojadas famílias.

"Com base no registo feito pela administração municipal de Cazengo e pela direcção das Obras Públicas, decidimos instalar as 90 famílias que viviam no espaço em casas alugadas, enquanto se construíam as definitivas", declarou.

A maioria das novas casas, com dois quartos, sala,

cozinha e quarto de banho, ainda não foram pintadas, nem têm vedação.

Para abastecer as populações de água potável foram feitos dois furos. A rede de energia eléctrica pode ser inaugurada nos próximos dias.

## **6.8 Presidente da República manifesta preocupação**

*Semanário Factual*

*De 18 à 25 de Junho de 2010*

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, afirmou Quarta-feira (16), em Luanda, que o problema que enfrenta o país não é apenas o do crescimento da população das cidades, mas é sobretudo a forma desorganizada como estas crescem.

"Existem inúmeros problemas que afectam o normal funcionamento da capital de Angola, Luanda", referiu quando falava no município de Viana, na apresentação do Programa de Gestão Integrada das Obras e Projectos da Província de Luanda.

"O Ministério do Urbanismo e Construção foi orientado a elaborar planos directores para as cidades e municípios, acrescentou.

No caso particular de Luanda foi criado, em 2009, um grupo técnico para apoiar o governo da província e que elaborou um programa, já aprovado, cuja conclusão deverá ocorrer em 2011.

O Chefe de Estado angolano foi peremptório ao afirmar que existe "desorganização na administração da província de Luanda e falta de capacidade suficiente de planeamento e gestão urbana".

Recordou que no quadro da aprovação da nova Lei sobre a Organização e Funcionamento da Administração local do Estado, particularmente no âmbito da sua aplicação, decorrem consultas para a divisão administrativa da província de Luanda, cujos limites se propõe que cheguem até ao rio Kwanza, a sul, e à Barra do rio Dande, a norte.

O número de municípios, segundo José Eduardo dos Santos, "também poderá ser revisto e surgirão no território da província novas centralidades ou cidades com serviços adequados, mais modernos, para permitir uma melhor distribuição espacial da população e reduzir a excessiva concentração de pessoas, o que se verifica hoje na cidade antiga ou baixa de Luanda".

No domínio administrativo e funcional, foi modificada a estrutura orgânica dos governos provinciais e serão também ajustadas as administrações municipais, recordou noutra parte as suas declarações.

Segundo o Presidente da República, este esforço de reorganização e de estruturação requer uma boa articulação no trabalho dos órgãos centrais e dos serviços locais".

## **6.9 Obras projectam ilha de Luanda no quadro da nova Angola**

*O Independente*

*De 19 de Junho de 2010*

No último fim-de-semana a nossa equipa de reportagem visitou toda extensão da ilha, constatando um ambiente calmo. Talvez devido a época do ano, notamos um renascer, isto é, devido às obras de requalificação em curso.

As ofertas turísticas vão desde o luxo da gastronomia internacional apreciada à beira mar no mercado dos Trapalhães aos mufetes comidos no meio da algazarra das barracas e em condições de higiene duvidosas.

O mercado dos Trapalhães nos últimos anos se descaracterizou devido, principalmente, à anarquia criada pelo betão e falta de civismo. Mas começa a ganhar nova imagem, que a vai transformar no "cartão de visita" da capital e pólo de atracção turística e espaço de lazer.

Desde Novembro último estão em curso obras que vão dar à Ilha de Luanda acessos mais fáceis, mais restaurantes e espaços de lazer com mais higiene. O programa de requalificação da Avenida Murtala Mohamed, que vai do restaurante Jango Veleiro ao Ponto Final, numa extensão de sete quilómetros, está a transformar radicalmente o principal postal ilustrado de Luanda.

Ao longo do percurso, vão ser erguidos 25 balneários, quadras para desportos, quiosques e restaurantes. A reabilitação enquadra-se no programa Vias de Luanda, que levou já melhorias às Avenidas Deolinda Rodrigues 1º de Maio, Ho-Chi-Minh e Revolução de Outubro, nas imediações do aeroporto 4 de Fevereiro e 21 de Janeiro.

A transformação da Ilha de Luanda contempla um "conceito inovador de aproveitamento dos espaços, proporcionando mais áreas de turismo e de lazer e melhorias substanciais na circulação rodoviária", afirmou ao semanário O INDEPENDENTE o director de contrato da empresa responsável pelo projecto.

As obras são executadas por etapas, estando já concluídas, em mas de 40 por cento, as do troço que vai até ao Hotel Panorama.

Cada sentido da via vai ter três faixas de rodagem e mais uma para estacionamento, além de um canteiro central e um calçarão, com 25 metros de largura. As duas antigas, juntas, incluindo os locais de estacionamento, tinham oito metros de largura.

No local vão ser construídos um restaurante, com capacidade para cem pessoas, um anfiteatro, um espaço

para a prática de desportos de praia, postos salva-vidas e unidades de Polícia.

O segundo trecho, do Hotel Panorama ao Farol Velho, vai passar a ter duas faixas de rodagem em cada sentido. Ao longo do percurso, onde for necessário, a costa vai ser reforçada com barreiras para evitar que o mar, durante as calemas, invada a terra e chegue às casas, como acontece quase todos os anos.

O projecto de requalificação da Avenida Murtala Mohamed contempla, também, a floresta, onde a falta de manutenção e a ocupação anárquica quase levaram à extinção das árvores. O projecto prevê a divisão da zona em três sectores: ambiental, infantil e desportivo. Os novos espaços passam a estar ligados por uma alameda de palmeiras, que vai até à praia. Para reflorestar o local, com 125 mil metros quadrados, está a ser criado um viveiro, com plantas nativas, principalmente coqueiros e palmeiras.

"Vamos evitar estruturas pesadas, queremos privilegiar o aspecto ambiental em áreas de lazer e dedica das às crianças", disse o responsável da empresa de jardinagem, Marcos Rabello.

Os aparelhos a instalar serão basicamente feitos de madeira, dando ao ambiente um aspecto mais saudável e limpo. Marco Rabello referiu que a reabilitação da Avenida Murtala Mohamed não se prende às infra-estruturas.

O projecto vai ser acompanhado de acções de educação ambiental, recolha de resíduos sólidos, montagem de áreas verdes e instalação de mobiliário para ginástica, em várias etapas do trecho.

No Ponto Final, além da extensão da via e da construção de novas rotundas, a grande intervenção vai ser feita no farol, devolvendo a beleza e a notoriedade a este símbolo da história dos habitantes da Ilha.

Marco Rabello realçou que a ideia é incorporar ao projecto todos os equipamentos existentes, mantendo - os onde estão ou realojá-los.

Os habitantes da Ilha de Luanda, que viram a degradação da zona acentuar-se cada vez mais, como consequência do trânsito caótico e do crescimento desordenado das habitações, elogiam a reabilitação.

Sandra Macedo, natural da Ilha, elogia os trabalhos realizados e refere que "há muito que o local precisava de uma intervenção do género".

Por sua vez, o soba Napoleão, entidade tradicional mais importante da circunscrição, diz que as "estradas já estavam muito pequenas para a Ilha

de hoje" e que o "trânsito intenso e as faixas tão pequenas" tiravam o brilho e contribuíam para aumentar o número de mortes por acidentes. Soba Meneses espera que os projectos em curso sejam complementados com programas de fornecimento de água, energia e saneamento básico. Pede também a intervenção do Governo para parar com as crescentes

construções de betão que "nascem quase todos os dias na Ilha".

Entretanto, as autoridades administrativas do município da Ingombota e a ELISAL deram, no último sábado, início a uma campanha de recolha de obstáculos, nas praias da Ilha.

A administradora da Ingombota, Suzana Augusto de Meio, disse à nossa reportagem que esta acção marca o início de uma série de tarefas comunitárias com vista a reposição da verdadeira imagem da circunscrição, no quadro da necessidade de atrair, cada vez mais, o maior número possível de turistas.

A campanha, segunda a mesma, prevê dedicar maior atenção à remoção de roullotes, sucatas de barcos artes anais e viaturas, focos de lixo, bem como a destruição de casebres.

Por outro lado, os vendedores de bebidas e alimentos confeccionados nas barracas do Ponto Final podem ser retirados do local a qualquer momento, no âmbito do projecto de requalificação da Ilha.

Suzana de Meio afirma que as vendedoras já foram aconselhadas a pararem com as vendas no local e tão logo o projecto da Baía de Luanda chegue ao Ponto Final mais ninguém poderá vender na zona

Tendo em vista estes factores, apelou aos munícipes a optarem para o ramo hoteleiro e a partir daí criar condições para exercer a actividade dentro dos limites da lei em vigor.

## **6.10 Casas sociais para juventude já começaram a ser sorteadas**

*Jornal de Angola*

*De 23 de Junho de 2010*

O comité provincial do Kuando-Kubango de avaliação das candidaturas de acesso às casas sociais da juventude sorteou, no fim-de-semana, em Menongue, as primeiras 48, construídas no âmbito do programa "Angola Jovem".

As inscrições começaram em Dezembro e encerraram a 30 de Abril. Registaram-se 59 jovens, tendo sido seleccionados 48.

As casas foram avaliadas em 40 mil dólares. Os jovens seleccionados tiveram de fazer um depósito de 1 O por cento daquele valor. O período de amortização do crédito é de 15 anos.

Um dos elementos do comité de avaliação, Filipe Lutonda, esclareceu que o sorteio foi antecipado para os jovens poderem pagar os 10 por cento de sinal até 30 de Outubro, altura que são entregues as casas já apetrechadas.

A vice-governadora da província para área económica afirmou que o sorteio foi "mais um passo na



concretização dos projectos gizados pelo Governo e pelo MPLA" para a solução dos problemas que afectam a juventude.

O projecto, referiu Verónica Mutango, é extensivo a toda província, estando prevista, ainda para este ano, a construção de 20 casas sociais no município do Kuito Kuanavale e igual número no Cuch

## **6.11 Ordenamento do território como factor de desenvolvimento**

*Folha 8*

*De 29 de Junho de 2010*

O ordenamento do território é por alguns autores definido, como o conjunto de acções que visam otimizar em termos sociais os resultados do modelo económico e social proposto para determinado país, e o seu objectivo fundamental será a remoção de obstáculos de ordem espacial que se impõem às metas definidas pela sociedade Segundo, o relatório final dos anteprojectos de leis terras e do ordenamento do território e na própria lei do ordenamento do território e do urbanismo no seu artigo 3, diz que" O ordenamento do território é o sistema integrado das normas, princípios, instrumentos e acções da Administração Publica que tem por função a organização e gestão do espaço biofísico territorial, urbano e rural, em termos de enquadramento disciplina, defesa e valorização pelas pessoas singulares e colectiva, privadas e Publicas... "

Em nosso entendimento, o desenrolamento equilibrado de todos os sectores e regiões, passa por se perceber, que tal equilíbrio se encontra relacionado com a utilização racional de todas as forças produtivas, sendo este o critério mais eficaz para avaliar os desequilíbrios regionais. Na perspectiva do ordenamento do território, onde todas as regiões têm condições para garantir uma participação no desenvolvimento global, em que, a componente principal dos desequilíbrios regionais é em grande parte o desperdício das suas potencialidades, ou seja nada impede que se promova a transferência das populações, das chamadas zonas de risco, desde que se observe que tal procedimento contribui para o bem estar geral e a sua concretização não envolva os direitos individuais e colectivos. Não se pode, portanto, entender o objectivo da promoção da igualdade entre os cidadãos como significando o dever de se dotarem todas as regiões com equipamentos e infra-estruturas que assegurem à respectiva população os chamados "benefícios da civilização"

Tal só e, em nosso entender ser um objectivo desde que aliado à organização espacial das populações mais adequadas ao desenvolvimento global. Resumindo diríamos que se considera que a exploração de

determinados recursos numa dada região é conveniente dever-se assegurar às populações condições de vida adequadas, mais não será demais admitir que se esteja, a fazer investimentos sociais numa região se tal significar um decréscimo no bem estar global, a não ser que se imponham razões de outra natureza.

São acções extremas, que cremos, não haver necessidade de se implementar Angola, portanto, tal como havíamos verberado, noutras circunstâncias, que os problemas regionais resultam sobretudo do subaproveitamento das potencialidades de determinadas regiões.

A organização espacial deve estar subordinada aos objectivos sociais, é evidente que os objectivos que temos que ter em mente, as questões de longo prazo e este facto acaba por complicar um pouco as coisas, uma vez que à longo prazo, há que admitir não só alterações a nível do processo produtivo mas até dos objectivos sociais, este não é um problema exclusivo do ordenamento do território, mas apresenta-se também quando se trata do planeamento de longo prazo. As alternativas que se apresentam na sociedade, consiste claramente em deixar que o seu desenvolvimento se processe de acordo com a evolução natural. Contudo essa evolução é previsível e o planeamento existe exactamente por não se considerar ser a mais conveniente.

Nesta linha de raciocínio, o desenvolvimento regional, entendido como um conjunto de acções que visam o progresso de uma região deverá ter em conta o esquema de ordenamento do território, assim como as acções de curto e médio prazo deverão ser enquadradas pelos objectivos e estratégias do plano de longo prazo. Sem esse enquadramento poderão concretizar-se acções de recurso para resolver problemas específicos mas dificilmente se atingirão os objectivos sociais acima mencionados.

Moradores sinistrados que, depois das primeiras inundações, contactaram as autoridades clamando por ajuda.

"Não obrigámos ninguém a retirar os seus bens de casa", disse a administradora. Agastado com o depoimento do responsável um cidadão juntou-se aos jornalistas que entrevistavam Susana de Melo e protestou: "Isso é mentira! Como é que vamos permanecer em casa se vocês estão a destruir tudo?" Perante o silêncio da administradora, retirou do bolso uma câmara digital e exibiu um filme que mostrava casas a serem demolidas. Susana de Melo não reagiu.

*Caminho do Zango.*

Amontoadas em camiões de diversas marcas e cores, que foram perfilados em frente ao Hotel Panorama (a partir de terça-feira as autoridades disponibilizaram também vinte autocarros de passageiros, as pessoas esperavam pela hora da partida.

O tempo passava, a ansiedade era cada vez mais evidente. Finalmente, a Polícia ligou a sirene e ordenou que os carros partissem. Eram 16:35. Com os rostos entristecidos e os olhos encharcados de lágrimas, os antigos habitantes do Benfica contemplavam o agora antigo bairro, olhando para trás. "Adeus ilha!", diziam, acenando para os vizinhos e conhecidos que se encontravam à beira da estrada.

Nos primeiros instantes da viagem, feita num camião da Casa Militar, em que o NJ subiu juntamente com os populares, poucos falavam. Onze pessoas - homens, mulheres, crianças, jovens, adultos - aninhavam-se em cima de uma montanha de pedaços de camas, cestos de cozinha, embrulhos de roupa, colchões, fogões, arcas frigoríficas e todo o tipo de pertences que conseguiram tirar antes da demolição das suas casas.

Foi assim que chegaram à Marginal de Luanda. Um engarrafamento ligeiro foi prontamente eliminado pela viatura da polícia que fazia a escolta. A caravana de 15 camiões prosseguiu em direcção ao Kinaxixi, passando pela Paróquia de Nazaré. Avançou pela avenida Comandante Valódia, curvou à direita desviando para a Alameda Manuel Van-Dúnem e desembocou no Largo da Independência. Stop, sinal vermelho! Os carros não pararam. Contornaram o Largo da Independência e seguiram pela Deolinda Rodrigues. Eram já 17 horas.

Do Largo da Independência à Unidade Operativa, o percurso foi rápido. Depois, tudo parou. A caravana encontrou engarrafamento nos Congolenses. Do alto dos camiões, era possível ver onde acabava a longa fila. Parados aí, no meio da estrada, durante cerca de 10 minutos os antigos moradores do Benfica foram obrigados a suportar todo o tipo de insultos: "Agora vão banhar na areia", disse alguém do meio da multidão, quando se apercebeu que a caravana vinha da ilha de Luanda. "Não respondas", aconselhou o mais velho Laurindo, cabisbaixo, a um vizinho que respondia às provocações.

A humilhação terminou quando a polícia abriu passagem. Às 18:47, os novos habitantes do Zango chegaram ao local, onde foram recebidos com alegria e aplausos pelos que se haviam adiantado.

No entanto, antigos moradores da zona mostravam-se receosos. "Sempre que vêm novos habitantes acontecem muitos roubos", respondeu Ema, familiar de desalojados da Boavista ali realojada, assustada com o crescente número de pessoas que chegam ao bairro.

## 7 TERRA

### 7.1 Nem todos são nossos

*Semanário Angolense*

*De 12 de Junho de 2010*

O Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas, general Francisco Pereira Furtado, disse, em conversa telefónica com o *Semanário Angolense*, que tem o controlo da situação de alguns casos do género já ocorridos no Benfica, garantindo que não tinha informação alguma sobre o assunto que lhe colocamos.

«Existem alguns homens nossos que estão a tentar apossar-se ilegalmente de terrenos alheios no Benfica, mas em relação a estes já tomamos as devidas medidas», disse Francisco Furtado.

Por outro lado, diz que tem conhecimento de que muitos dos alegados militares que têm estado a assaltar terras alheias na periferia de Luanda não são realmente militares das FAA.

«Acredito que nem todos os que estão a fazer isto sejam efectivamente militares. Nem todos são nossos», sublinha o CEMG das FAA, referindo ainda que este será apenas uma capa a que alguns dos usurpadores de terras têm recorrido para realizarem as suas acções criminosas.

A terminar, prometeu fazer investigações para colocar cada coisa no seu devido lugar.

### 7.2 Supostos militares assaltam terras em posse de camponeses

*Semanário Angolense*

*De 12 de Junho de 2010*

Um grupo de supostos militares das Forças Armadas Angolanas tem estado a tomar de assalto vários terrenos em posse de camponeses nas zonas circunvizinhas do estádio 11 de Novembro, ao Camama, município do Kilamba Kiáxi, soube o *Semanário Angolense* de fontes ligadas aos lesados.

Os camponeses desapropriados à força dizem que os alegados militares das FAA, que surgem armados, têm estado mesmo a proferir ameaças de morte a quem resista de alguma forma à invasão das suas terras, onde exercem agricultura de subsistência, muitos deles há mais de dez anos.

Eles dizem que as terras eram antes pertença do ministério da Defesa, que lhes terá atribuído parcelas de terrenos a eles, pelo que os camponeses têm de sair a bem ou a mal, como referem.

«Todos os dias, eles vêm cá ameaçar-nos em como temos de deixar as nossas terras. Chegam a dizer que

vão nos matar se não o fizermos», conta um dos camponeses.

Um camponês identificado por Gonçalves Lourenço, 50 anos, que detém uma quinta na antiga «cintura de verde» de Luanda disse que se viu desapropriado das suas terras em dois dias.

Segundo ele, quatro alegados militares surgiram-lhe um dia destes a pedir informações sobre a quinta, para no dia seguinte, já armados, exigirem que abandonasse a sua propriedade. «Tem 22 horas para deixarem isto», terá dito um dos supostos militares a Gonçalves Lourenço, apontando-lhe uma arma à cabeça.

O homem conta que no terceiro dia eles começaram mesmo a derrubar a vedação da quinta, dizendo que não sabe o que fazer para defender os seus direitos.

Os camponeses desconfiam que por detrás dos supostos militares estará alguém poderoso com interesses naquele espaço. Muitos deles, impotentes e temendo pela sua vida, viram-se mesmo obrigados a abandonar os seus terrenos.

O sentimento de impotência entre os camponeses ameaçados é tanto que eles pensam que será perda de tempo apelarem à administração municipal do Kilamba Kiáxi para repor a legalidade.

Eles consideram que as chefias das Forças Armadas Angolanas têm de intervir no sentido de disciplinar os seus homens, já que a tomada de terras à força pode resultar em conflitos de magnitude inesperada.

«O Governo, por via do ministério da Defesa, tem de procurar consciencializar os seus homens para uma cultura de paz. Ensinar-lhes que eles não têm de fazer o que lhes apetece por terem armas e fardas. Eles têm de ter uma concepção diferente das coisas», recomenda o mais velho Gabriel, 64 anos, outro dos camponeses que tem as suas terras em risco de ser assaltada pelos alegados militares em causa.

### 7.3 Tchipindo: Entre o assalto às terras e a memória de Mac Dowe

*Angolense*

*De 12-19 de Junho de 2010*

Ficámos parados, chocado e boquiaberto quando um amigo me ligou: Já leste o

Novo Jornal desta semana? As terras do Tchipindo foram assaltadas! Dizia o amigo. Logo a seguir, pedi uma cópia electrónica e li sófrego, a notícia com o título: "Comunidade e Muteka travam disputa de terras na Huíla"! Nesse instante, senti um aperto de coração. É como se alguém tivesse forçado a porta da minha alma e quisesse entrar, sem minha permissão. Eu sou natural do município do Tchipindo, na comuna (O Bambi. No entanto, estou umbilicalmente ligado à comuna do Bunjei, especialmente à Escola Evangélica, porque a minha irmã mais velha, a mana Justina

Simbovala, estudou lá, na altura, uma das melhores escolas do Planalto Central com visão voltada para o futuro. O meu pai, natural do Cuima, católico de gema, quando falasse dos pastores protestantes americanos, seu rosto iluminava-se como numa súbita visão. Dizia ele que o Bunjei, ao lado de Elende e Bailundo, está a preparar quadros que vão abrir as vistas às pessoas, vão ajudar a libertar o país. Teremos quadros capazes de governar Angola, porque na América, Martin Luther King é muito respeitado. O meu pai se referia a Mac Dowe, o fundador da Missão do Bunjei, com profunda unção e venerável expressão do rosto. Aquele é um negro, não é mais mestiço. Quer que abramos as vistas. Depois que li a notícia, o meu pai deve estar a revolver-se no sepulcro! Para rever as minhas memórias familiares, fui dos primeiros missionários idos do Lubango, a pisar a Missão do Bunjei em Maio de 2002, logo a seguir à assinatura do Memorando do Luena. Quando a Missão do Bunjei completou 74 anos de sua existência (fundada aos 15 de Janeiro de 1929, por Mac Dowe, missionário mestiço afro-americano), sabendo das minhas raízes familiares com o Bunjei, fui convidado pela Igreja Evangélica Congregacional de Angola, a fazer parte das celebrações, com todas as honras! Encontrei, com emoção, a senhora, ao tempo responsável pelo dormitório das meninas, que se lembrou imediatamente da minha irmã. Até trouxe polémica entre o protocolo, porque prepararam-me um colchão, mas escolhi uma esteira, para sentir o chão dos meus antepassados.

O caso da ocupação de terras por parte de parentes do actual governador do Huambo, a confirmar-se, ilustra o fracasso da actual elite na sua incapacidade de mediar e incarnar o sonho dos antepassados que queriam ver seus filhos respeitadores da justiça e protectores da comunidade. E este caso, infelizmente, não é singular. Em muitas províncias de Angola, muitos dos governantes e membros do partido no poder, entregaram-se a um autêntico assalto às terras, sendo algumas das zonas donde os mesmos são originários. No Cunene, entre Kahama e Chiulo, aquele cerco do Mujombe é tão prolongado que até a sua extensão inquieta e revolta aos transeuntes.

Atentado à memória. Na concepção dos Ovimbundu, a terra nos é doada desde tempos imemoriais, pelos antepassados fundadores. Não há ninguém sem terra. Do ponto de vista comunitário, constitui um insulto insuportável, um filho da terra comprar a mesma terra, arrancando-a dos seus legítimos descendentes. Este acto é considerado na nossa tradição, um roubo descarado e sacrílego contra os antepassados doadores! Para além disso, do ponto de vista da memória, se o Sr. Faustino Muteka não intervir pessoalmente e reverter o quadro, ele humilha a memória pessoal e a de toda a família dele, sobretudo na carga negativa relacional que

tal vai criar com os habitantes. Sabemos que o poder emocional dos lamentos e pragas em África tem uma carga enorme na relação entre pessoas, traduzida no provérbio umbundu: Suku kapekela otulo (Deus não apanha sono, ou seja, não fica distraído ou indiferente ao sofrimento dos humilhados). O Tchipindo é terra de memória, com história onde desonram antigas lideranças como Ombala Ya Ndumba, de cuja linhagem faço parte da parte paterna. Acrescendo, o conflito resultante da ocupação de terras de Calopa e Nguelengue é um golpe fundo que vai durar gerações, opondo pessoas e famílias. O impacto que o deslocamento forçado e violento provocam, não se pode curar nunca! Perder a terra é como uma máquina espacial sem GPS! Pena é que o MINADER, cheio de visões obtusas, não inclui na viabilidade do projecto, as questões sócio-antropológicas e culturais.

Do ponto de vista de lições, é bom recordar às pessoas que as fazendas, lá onde elas estão, são o centro incubado r de muito sofrimento e exclusão. Uma vez Nguelengue e Calopa ocupados e cercados, os novos "donos" terão de expulsar toda a população, ou torná-la servil, para todos os tipos de trabalhos mal pagos. As lições da Kamphanda e Vimbu nos Gambos estão bem frescas. Membros da comunidade, resistentes às ordens de expulsão, foram corridos sem nada. Para imprimir "autoridade", lá onde a presença do Estado é ténue, foram criados cárceres privados e muitas pessoas foram torturadas e humilhadas, cujas feridas sobrarão para as próximas gerações, mesmo com a condenação do seu autor material. Pensei que as pessoas tivessem aprendido desse amargo trago da história.

Proletarização e destituição do pobre. Muitos jovens, devido à pobreza, irão acorrer à nova fazenda, para serem um exército de proletários explorados e mal pagos, o que vai afundá-los ainda mais na pobreza e na miséria! De acordo com a nossa experiência, algumas fazendas são pequenos Estados dentro de um grande Estado: possuem seguranças, forjam regulamentos, promovem a prostituição, sobretudo de menores, com elevados riscos para a saúde das meninas e não têm sequer sindicatos, para permitir uma mínima discussão dos direitos laborais.

Atentado à livre circulação de pessoas e bens. As comunidades de Calopa e Nguelengue, com suas terras cercadas e guardas armados, para terem acesso a hospitais, à Missão do Bunjei, mercados, escolas, etc., terão de dar volta ao arame, numa extensão que pode ir de 10 a 20 quilómetros. Passar por debaixo do mesmo, será uma grave ofensa, será a terra, propriedade da família Muteka. Ao mesmo tempo, se a cerca for de sete fiadas horizontais, mais duas oblíquas, usadas nos Gambos, passar por baixo do arame farpado, poderá rasgar a roupa ou a pele. Se os habitantes de Nguelengue e Calopa, já expulsos, quando começarem

a morrer, com desgosto, para serem enterrados em seus cemitérios ancestrais, o caixão terá de ser içado por cima do arame farpado, o que só poderia ser feito com eficiência por uma grua!

Promiscuidade de interesse corrupção. Depreende-se que todos quantos se envolveram no esquema, ou tinham interesses inconfessáveis, ou não queriam ferir susceptibilidades: desde a Administração Municipal aos serviços técnicos do MINADER, que rapidamente acharam a fazenda viável, mandaram às urtigas o primeiro placet das comunidades que conferem legalidade ao processo. Consultadas, elas teriam dito não e poupado tempo e tinta. Colocou-me uma pergunta: como é que a Direcção Provincial da Agricultura se apressou a encaminhar o processo sem olhar para o lado da legalidade, depois de tanta experiência e tantas lições dos Gambos? Esta atitude de estar acima da lei ou pura e simplesmente prescindir dela só enfraquece o Estado e diminui a própria legitimidade de quem deve governar em nome do povo. Muitas elites africanas são mediocres por confundirem os seus interesses com os do Estado. Se os naturais do Tchipindo, como eu, não nos opusermos a esta apetência ligada à opulência, isto vira moda e nem terra para sermos enterrados teremos!

Não esqueçamos as implicações ambientais. Para as fazendas dos Gambos existirem (são acima de trinta, as que estão no Vale to Tchimbolelo e na Tunda dos Gambos), tiveram de desbastar as árvores quase todas, estando a incubar um deserto feito pela mão humana para os próximos 15-20 anos. A Tchipindo, já nos anos sessenta era alternativa agrícola para muitas famílias, como a minha, oriundas das terras cansadas do Huambo. Existem aí árvores majestáticas e florestas ainda compactas. O desbaste desta massa arbórea numa fazenda de quase quatro mil há é um golpe fundo no coração da mãe natureza. Num momento em que devemos contribuir para salvar o planeta, isto só vai piorar os problemas climáticos e de saúde para as próximas gerações.

Experiências africanas recentes. Numa altura em que o Estado Angolano procura, de forma tímida, assumir os compromissos regionais e internacionais com as instituições dos direitos humanos, seria contraproducente, por exemplo, que mais um caso fosse parar à Comissão Africana em Banjul. As elites quenianas, foram há até bem pouco tempo, das mais corrupta em África, com o contrabando das terras como dos mais lucrativos, criando-se conflitos, alguns quase insolúveis. Em 1970, o Governo do Quênia expulsou a minoria étnica pastoril Endorois, da área do Lago Bogoria e das montanhas adjacentes e seus fartos pastos, que ocupavam desde tempos imemoriais. O Governo fez dessa terra uma Reserva do Estado, especialmente para fins turísticos. Os Endorois foram a

abandonar inclusive os túmulos dos antepassados, bem como limitar as suas práticas religiosos ligadas às águas termais do Lago. Os líderes Endorois tentaram envolver os governantes locais, estruturas nacionais, o Serviço Queniano de Vida Selvagem, mas debalde. As teias da corrupção corrosiva e persuasiva impediram qualquer sucesso, atingindo até o judiciário, cujos tribunais não queriam julgar o caso. Esgotados os remédios administrativos e judiciais internos, os líderes Endorois submeteram o caso à Comissão Africana. Esta determinou a restituição da terra ao povo Endorois, recomendou compensar em pagamento as perdas colectivas dos Endorois, e recomendou ainda destinar uma parte das receitas do Parque à comunidade, Endorois, bem como prioridade no emprego nos serviços do parque, entre outras medidas. Até ao momento, o Governo queniano não deu um passo para cumprir, mas o assunto foi retomado em Janeiro deste ano, ao nível da cimeira da União Africana que reiterou a decisão da Comissão Africana demandando ao Governo queniano cumprir com a decisão. Tal abre um precedente para outros casos, como sendo o dos Massai, que perderam 70% de sua terra desde 1900 e vivem muitos deles em abjecta pobreza nas cidades.

Antes que sejamos nós, os naturais do Tchipindo, a meter a mão no assunto, seria bom que o Sr. Faustino Muteka ajudasse os filhos, anulasse o processo e fosse ter com as autoridades tradicionais e os líderes de Calopa e Nguelengue, a pedir desculpas. Seria bom igualmente, que o Sr. Administrador Municipal do Tchipindo se retratasse do passo errado, antes que nós os naturais pedem a sua cabeça. Assim, vamos honrar o sonho de Mac Dowe, o fundador da Missão do Bunjei! Tal aviso se estende a todos os membros da nova e rica elite angolana. De nada lhes servirá a opulência material, porque criarão problemas gravíssimos para a sua descendência.

Seria bom igualmente que, depois dos Gambos, da Tchavola e doutros casos, a sociedade civil fosse mais proactiva, no sentido de denunciar estes actos e ao mesmo tempo, construir um quadro de prevenção dos respectivos conflitos de terra, pois muito ainda está para vir. Acima de tudo, ninguém, nem no Tchipindo, nem outra parte, ninguém deve estar acima da lei.

## **7.4 Terreno da polícia não escapa a invasão**

*Angolense*

*De 12 à 19 de Junho de 2010*

A informação foi assegurada pelo comandante deste centro de formação de polícia. Os populares não medem a meios e a todo custo tentam invadir o terreno adjacente a escola. Não tem sido uma batalha fácil para a direcção da escola travar a onda de assalto aos terrenos, segundo assegurou o seu comandante.

A preferência dos populares, soube o Angolense, é invadir a zona de tiro do centro mas não têm tido sucesso, porque regularmente são impedidos de o fazer. "Temos procurado impedir a invasão da população, principalmente no campo de tiro. Como disse, as obras do centro ainda não terminaram", contou.

Por parte do centro, garantiu o comandante Manuel Mateus Francisco Luís "Manú", há o esforço de se evitar incidentes no decorrer da formação. "As relações com a comunidade são boas, temos avisado a população quando usamos material de guerra, para não circularem na área indicada", revelou.

## 8 SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Ingombota está em campanha de sensibilização comunitária

*Jornal de Angola*

*De 11 de Junho de 2010*

A administração da Ingombota está a promover, desde o primeiro trimestre deste ano, campanhas de sensibilização junto dos munícipes no sentido de os alertar para a importância do saneamento básico.

A administradora municipal, Suzana Augusto de Melo, disse, na quinta-feira à Angop, que a campanha consiste na realização de visitas de constatação e distribuição de cartazes em moradias, que apontam a necessidade do cumprimento rigoroso do horário de depósito e remoção do lixo.

Este trabalho está a ser feito por uma comissão liderada pela própria administradora, e que integra responsáveis das secções municipais dos Serviços Comunitários, de Fiscalização, Saúde e do Comando da Primeira Divisão da Polícia Nacional. A comissão também integra representantes de comissões de moradores e assembleias de condóminos, em zonas onde a situação de saneamento básico é considerada crítica.

Segundo a chefe do executivo da Ingombota, torna-se necessário melhorar este trabalho, principalmente Administradora da Ingombota quer um município cada vez mais limpo a recolha de lixo, nas proximidades de alguns edifícios e manifestou-se preocupada com a má conservação de alguns deles localizados na zona urbana da capital.

De acordo com Suzana de Melo, a má conservação dos edifícios por parte dos seus moradores tem contribuído para a sua degradação contínua, principalmente no seu interior. Acrescentou que os próprios moradores não colaboram com o governo, pelo que apela a uma maior participação dos munícipes, através das comissões de moradores, na manutenção dos edifícios degradados.

No município existem mais de cem prédios, na sua maioria sob tutela da Direcção Provincial de Luanda de Urbanismo e Habitação.

Com cinco comunas, designadamente Ingombota (sede), Kinanga, Ilha de Luanda, Maculusso e Patrice Lumumba, o município tem uma população estimada em cerca de 500 mil habitantes.

### 8.2 Vem aí fatura de água potável no Saurimo

*Jornal de Angola,*

*De 13 de Junho de 2010*

A conclusão da instalação de condutas de água na cidade de Saurimo e nos bairros periféricos vai suprir o défice no abastecimento durante o segundo semestre deste ano. O abastecimento é feito a partir da nova estação de captação no rio Chicapa.

O empenho dos responsáveis do sector da água para que sejam cumpridos os prazos obriga o empreiteiro a trabalhar em grande velocidade. A cidade de Saurimo e arredores vão ter em breve fatura de água e vão terminar as dificuldades no trânsito, provocadas pelas valas onde estão a ser instaladas as condutas.

Saurimo tem cortes no abastecimento de água potável desde que começou o cacimbo. Por isso há, grandes enchentes no ponto de abastecimento público, instalado, junto à estação de captação do rio. Luavur, nos arredores da cidade.

A população vai buscar água ao rio desde a madrugada e só termina às primeiras horas da noite. Para encher os recipientes é uma luta e às vezes há insultos e agressões. No fim é preciso fazer uma subida de 300 metros para transportar a água à mão, até à estrada principal onde ficam os carros.

A luta pela água

Teresa Olívia 23 anos, bacia à cabeça com 20 litros de água, faz um grande esforço para transportar a subida até à estrada. No rio Luavur só existe um ponto de abastecimento: "faço cinco a seis viagens por dia para garantir água para as necessidades domésticas".

As pessoas vão buscar água ao rio porque os camiões cisterna estão a cobrar 500 kwanzas por 200 litros de água, quando no início do cacimbo o preço era apenas de 200 kwanzas. "Os fornecedores de água dizem que subiram os preços porque os agentes de trânsito estão a passar multas aos camionistas", disse Teresa Olívia.

Mulheres e adolescentes realizam o mesmo trabalho devido à escassez de água.

Os candongueiros preferem vender nas obras de construção civil, porque esses clientes pagam melhor que os consumidores domésticos, que não têm poder de compra.

Iculo Upale Muaco aguardava paciente a sua vez para abastecer a cisterna de cinco mil litros do seu camião, sem matrícula. Com a venda de água ele sustenta a família. Afirma que o negócio é rentável quando os

clientes são proprietários de obras.

Reconhece que o mau estado das viaturas envolvidas no processo de distribuição de água favorece a aplicação de multas pela polícia, na sua missão de fiscalizar para garantir a ordem e a tranquilidade.

O comandante municipal de Saurimo da Polícia Nacional, António José Ribeiro, disse à nossa reportagem que os agentes têm que actuar porque "há irregularidades gritantes nas viaturas que prestam serviço de venda de água ao domicílio", na cidade de Saurimo e arredores.

### **8.3 Ausência de mictórios nos jardins preocupa cidadãos**

*Semanário Factual*

*De 18 de Junho de 2010*

Por ausência de mictórios não só em jardins mas também a nível de Luanda, muitos cidadãos são coagidos a fazerem as necessidades fisiológicas em hasta pública.

Os transeuntes, tanto nas zonas urbanas como não urbanas continuam a usar locais impróprios sem sequer terem o respeito ao civismo, onde o cheiro nauseabundo de odor penetrante toma conta do lugar.

Segundo apurado pela nossa reportagem, os jardins do Largo Lenine, na descida da escola Mutu-ya-Kevela, da Irene Cohen, nas imediações do Governo da província de Luanda e da Igreja do Carmo e no famoso "calçada" do primeiro de Maio, não têm mictórios, facto que tem levado ao descontentamento das pessoas que afluem a estes locais.

Existe a necessidade urgente de se criarem mecanismos para a colocação de mictórios públicos em zonas estratégicas da cidade de Luanda que carece de estruturas desta natureza, no sentido de conservar o ambiente.

No âmbito da descentralização do poder público, as administrações municipais têm a responsabilidade de velar também sobre os mictórios públicos na sua referida área de jurisdição, dado que ainda existem muitos utentes a fazerem as necessidades fisiológicas em pleno céu aberto.

Em entrevista ao Factual, o cidadão João Xavier afirmou: "Para que se cumpra com evidência as leis administrativas no que toca à higiene pública é necessário que se criem condições suficientes para os habitantes. Caso sejam criadas condições de higiene, principalmente nas zonas de maior afluência de pessoas, como em jardins e em zonas estratégicas, evitar-se-iam imundícies em Luanda.

Para a jovem Paula Gouveia, que se deslocou ao jardim Irene Coem, junto ao governo provincial de Luanda, "é totalmente nojento ver as pessoas a urinarem nas paredes ou nas árvores. Um dos factos que me marcou

muito foi ver um jovem a urinar justamente numa parede da instituição, pois, pela sua frequência, o local só cheira a urina".

Paula Gouveia considerou que "esta situação só acontece devido à não criação de locais apropriados para a prática de necessidades, pois, se fossem criadas as estruturas muitos não deveriam usar a via pública como banheiro".

Mas, para o casal de jovens interpelados pelo Factual no jardim situado no largo Lenine, na circunscrição do ex-Magistério Primário, para além da ausência de mictórios em pontos de maior afluência populacional, "a situação passa também pela ausência de pudor e de civismo por parte de alguns utentes na utilização do bem público".

"Existem muitos jovens, principalmente os que se encontram nas ruas de Luanda que vandalizam estes bens públicos e, por consequência, toda a população paga", acrescentou o casal.

Segundo o cidadão Sebastião Mateus, é necessário que se criem campanhas de sensibilização sobre o mal que pode advir quando as necessidades fisiológicas são feitas nas vias públicas, e também consciencializar os responsáveis, tanto de restaurantes como de outros estabelecimentos, para que admitam o uso dos seus banheiros quando as pessoas os solicitam.

### **8.4 EDEL investe 177 milhões de USD na distribuição**

*Expansão*

*De 18 de Junho de 2010*

A Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL) prevê um crescimento de mais de 20% para 300 mil consumidores da sua carteira de clientes, com a conclusão da IV fase do projecto de reabilitação e expansão das redes de média e baixa tensão, denominado Chiang fase IV, apurou o Expansão de fonte da empresa

Inscrito no programa do Executivo para a melhoria e oferta dos serviços básicos à população, o Chiang IV está orçado em 177 milhões USD, financiamento proveniente da linha de crédito da China, e incidirá particularmente nas zonas peri-urbanas de Luanda.

Carlos Ferreira, coordenador do projecto, disse ao Expansão que mais de 50 mil novos clientes dos municípios de Sambizanga, Samba, Viana, Cacucos e Kilamba Kiaxi vão beneficiar de energia da rede pública, nos próximos 30 meses, prazo de execução do projecto, cujas obras se iniciaram em Abril último.

Cotado como o maior projecto de electrificação da história da empresa, desde a sua fundação em 1933, o Chiang IV inscreve a construção de 6 novas subestações de raiz, nomeadamente a de Viana-Vila, Viana-Caop, Boavista, Morro Bento, Ramiros e



Benfica. A ampliação da subestação do Zango de 20 MVA para 40 MVA e a montagem de uma subestação do tipo móvel de 20 MVA faz também parte do plano.

O projecto prevê ainda a montagem de 120 postos de transformação, dos 814 existentes actualmente no cadastro da empresa, a instalação de 43 quilómetros de cabo de 60 quilovolts e a reabilitação e ampliação das redes de média e baixa tensão.

Concessionária dos direitos de distribuição de energia eléctrica em média e baixa tensão à capital do País, a EDEL possui actualmente 11 subestação que lhe permitem distribuir energia em Luanda, gerindo uma extensão de 57 quilómetros de 60 quilovolts. A empresa possui igualmente 362 quilómetros de média tensão de 15 quilovolts e é responsável pela distribuição de 65% de toda a energia que é produzida no País.

### **8.5 30 PTs privados na posse da EDEL**

*O País*

*De 25 de Junho de 2010*

Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL) já tem em sua posse 30 Postos de Transformação (PT) que pertenciam a empresários privados distribuídos pelos vários bairros periféricos de Luanda. O processo, que começou há aproximadamente um ano, visa transferir todos os PTs privados para a EDEL.

Em entrevista a *O País*, Carlos Gil de Sousa, chefe do departamento de comunicação e imagem da EDEL, explicou que o processo de transferência vai garantir maior controlo na distribuição de energia eléctrica à população, com uma tarifa de cobrança pré-definida pelo Ministério das Finanças por cada kWh.

"Está estipulado um valor base para o consumo de energia eléctrica em Luanda que é de 3,35 kwanzas por cada kWh, mas temos acompanhado cobranças exorbitantes nalguns bairros periféricos de Luanda", explicou porta-voz.

Segundo Carlos de Sousa, a EDEL já tem detém sete PTs no município do Kilamba Kiaxi, seis na Maianga, três na Samba, cinco no Sambizanga e, finalmente, dez no município de Viana, com os termos de transferência de "propriedade devidamente rubricados entre o Conselho de Administração da EDEL e os proprietários.

Os trâmites para o processo de transferência são feitos mediante levantamento técnico da área onde está instalado o PT, apresentação dos documentos comprovativos de propriedade, do número de clientes ligados aos PT e o valor que cada um deles paga para posterior concentração entre os envolventes. A proposta do preço é feita" pelo proprietário do PT.

Uma das mais recentes transferências foi no município

da Maianga, durante a jornada denominada sábado azul e amarelo, tendo sido assinado o protocolo de transferência de propriedade entre as instalações de Man Beto e a EDEL. As obras de beneficiação dos PT começaram a ser feitas ainda ao longo da negociação.

Actualmente, a terciarização dos serviços de distribuição de energia eléctrica em Luanda por meio de agentes autorizados tem sido mais frequente nas zonas peri – urbanas, onde os serviços mais comuns são os comerciais e de apoio técnico.

"A empresa pretende utilizar a experiência que os proprietários de PTs foram adquirindo ao longo do exercício e agregá-la à negociação. A posse das instalações é transferida para a EDEL mas, caso haja interesse, é negociado um protocolo de agenciamento de actividades comerciais", explicou o porta-voz.

A EDEL é a única concessionária na distribuição de energia eléctrica em Luanda e a única entidade autorizada a fazê-lo. Outrora, essa distribuição confinava-se ao centro mas, com o surgimento de novas zonas habitacionais em Luanda, houve necessidade da presença de "parceiros" privados. Mas após esse processo, os empresários passaram a comercializar a energia dos PTs quando muitos, deles foram instalados para fim individual acabando, todavia, por servir para distribuição a terceiros.

Segundo o porta-voz, essa distribuição não era feita dentro dos parâmetros legais nem obedecia às tarifas definidas.

"Dai a necessidade de o Governo ter dado à EDEL orientações no sentido de regularizar a distribuição de energia eléctrica", disse. Processo que reconhece o papel que aqueles agentes tiveram desde a implementação dos postos de transformação nos vários bairros periféricos, com particular destaque para os municípios de Viana, Kilamba Kiaxi, Samba, Sambizanga e parte da Maianga.

Luanda é alimentada com um nível de tensão eléctrica de 15 mil volts a fonte de energia que os PTs recebem, sendo algumas geridas pela ENE e outras pelas EDEL. No passado, a distribuidora de Luanda apenas geria a rede de média tensão no casco urbano, ficando a zona periférica sob a gestão da ENE.

**Privados colaboram**

O processo baseado na negociação entre as partes - EDEL e privados respeita uma série de normas pré estabelecidas e o valor do acordo é proposto pelos empresários privados detentores de PTs.

Segundo Carlos de Sousa, os privados têm colaborado com a distribuidora, o que tem facilitado todo o processo.

"Felizmente não tem sido um processo complicado, os empresários colaboram com os nossos técnicos, daí o número alcançado até agora" explicou.

## **8.6 Água potável jorra nas torneiras do Quituia**

*Jornal de Angola*

*De 30 de Junho de 2010*

Mais de cinco mil pessoas, residentes na regedoria do Quituia, o município do Negage, província do Uíge beneficiam, desde sábado, de água potável. O projecto de abastecimento de água, por sistema de gravidade, está avaliado em cerca de 192 mil dólares e foi financiado a partir de uma parceria entre o governo provincial do Uíge e o UNICEF. O vice-governador provincial para a Organização e Serviços Técnicos, Nazário Pedro Vilhena Bomba, que procedeu a inauguração do empreendimento, disse, na ocasião, que a água é um bem que faz falta a todas as pessoas. "É um bem essencial para a vida do homem. Hoje, com um esforço conjunto entre o governo e os seus parceiros sociais, conseguimos pôr a água na comunidade de Quituia", referiu.

Acrescentou que "Quem estragar esta obra está a cometer um crime. Sempre que abirmos as torneiras, assim que os recipientes estiverem cheios, devemos fechar. Os beneficiários, no caso a população, devem fiscalizar a obra, para que possa ser conservada", apelou o governante.

População está feliz

"Hoje já temos água 24 sobre 24 horas que funciona por sistema de gravidade. A inauguração deste sistema só demonstra o empenho do governo na melhoria das condições de vida das populações de todo o país. Estamos muito satisfeitos. Para nós, o dia 26 de Junho é uma data histórica", disse o regedor Castro Bari.

O ancião Marcos Buaki, de 63 anos, está feliz com a instalação do sistema de abastecimento de água. "Eu nasci e cresci nesta localidade. Nós nunca tivemos água potável, por isso estou feliz com este esforço do governo que vai melhorar as nossas vidas", disse.

"O governo está a fazer a sua parte. Esperamos muito a água. Agora estamos à espera da energia e de algumas moagens para podermos moer bombó", disse um outro ancião, Gomes Mulambo, de 62 anos de idade.

Marcela Gamba, 38 anos, referiu que o gesto do governo é louvável. "Já temos água e escolas, só a estrada é que ainda não está em condições", lamentou.

A população do Quituia é maioritariamente camponesa. A regedoria controla duas associações de camponeses e uma cooperativa, que enfrentam inúmeras dificuldades por falta de micro-créditos para o aumento da produção e da produtividade, como frisou ao Jornal de Angola uma fonte da comunidade

